



MINAGRIF/PDAC



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTAS

PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA COMERCIAL - (P159052-AO)

PRESTADOR DE SERVIÇOS TÉCNICOS (TSP) PARA APOIAR A ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS DE NEGÓCIOS

PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL (PGAS)

Nº 84 COOPERATIVA AGRO-PECUÁRIA MBANZA MUSSENDE R.L

<p>Iniciativa:</p>  <p>GOVERNO DE ANGOLA minagrif.gov.ao Ministério da Agricultura e Florestas</p>	<p>Financiamento:</p>  <p>THE WORLD BANK IBRD • IDA AFD AGENCE FRANÇAISE DE DÉVELOPPEMENT</p>
<p>Largo António Jacinto, Edifício B do MINAGRIF, 2º Andar, Direito, Luanda, República de Angola</p>	

MARÇO DE 2023



MINAGRIF/PDAC



ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO.....	9
1.1	Objectivos e âmbitos do PGAS	9
1.2	Identificação da equipa.....	10
1.3	Breve descrição de responsabilidades do TSP, Proponente, PDAC e Banco Mundial (BM)	11
1.3.1	Níveis de Obrigações e Responsabilidades da BRLi/Sirius	11
1.3.2	Níveis de obrigações e responsabilidades do proponente	12
1.3.3	Níveis de obrigações e responsabilidades da unidade de implementação do PDAC	13
1.3.4	Níveis de obrigações e responsabilidades do Banco Mundial.....	13
1.4	Principais riscos ambientais e sociais associados.....	13
1.5	Estrutura e conteúdos do PGAS	14
2	DESCRIÇÃO DO SUPROJECTO.....	15
2.1	Ficha técnica.....	15
2.2	Localização da fazenda	15
2.3	Objectivos do subprojecto	18
2.4	Plano de produção	18
2.5	Descrição das actividades previstas.....	18
2.6	Principal tecnologia que será adoptada	18
2.7	Equipamentos por adquirir	19
2.8	Estimativa de produção de resíduos	19
2.9	Necessidades hídricas das culturas.....	19
2.10	Efluentes.....	20
3	CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL	21
3.1	Caracterização biofísica	21
3.2	Caracterização socioeconómica.....	21
4	ENQUADRAMENTO LEGAL	22
4.1	Legislação Ambiental e Social e Políticas De Salvaguardas Do Banco Mundial	22



MINAGRIF/PDAC

4.2	Avaliação das lacunas da legislação e recomendações	23
5	AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS	25
5.1	Metodologia de avaliação dos impactos Ambientais e Sociais	25
5.2.	Avaliação dos impactos ambientais e sociais e Medidas de Mitigação	26
6	PROGRAMAS DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL.....	32
6.1	Plano de Gestão de Resíduos e Efluentes.....	32
6.1.1	Cronograma de implementação do PGR	34
6.2	Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional	35
6.3	Plano de atendimento às emergências da fazenda.....	36
6.3.1	Equipamentos de segurança, combate a incêndio e contenção de produtos químicos ...	37
6.3.2	Identificação de potenciais cenários e hipóteses acidentais	37
6.3.3	Procedimento de emergências	37
6.4	Plano de fertilização, gestão de pragas e doenças	38
6.4.1	Uso e manuseio de pesticidas	39
6.4.2	Fertilizantes	39
6.4.3	Riscos ambiental e ade saúde ambiental, ocupacional e público associados ao uso de pesticidas	40
6.4.4	Cronograma de implementação do plano de gestão de pragas e doenças	41
6.5	Plano de prevenção da COVID-19	41
6.6	Plano de prevenção de EAS/AS.....	41
6.7	Plano de implementação do MSGR previsto pelo PDAC	44
6.8	Plano de envolvimento das partes interessadas	45
6.9	Plano de formação ambiental e social	46
6.10	Relatórios de Monitorização Ambiental e Social.....	48
7	CUSTOS ESTIMADOS.....	51
8	ANEXOS.....	52
	Anexo I: Relatório de envolvimento das partes interessadas	52
	Anexo II: Croquis de Localização.....	55



MINAGRIF/PDAC



Anexo III: Certidão da Cooperativa	58
Anexo IV: Registo Fotográfico Da Fazenda Antes Do Financiamento	61
Anexo V: Formulário de Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações - PDAC.....	63
Anexo VI: Código de Conduta do PDAC	65
Anexo VII. Avaliação dos impactes ambientais e sociais	71
Anexo VIII. Legislação ambiental e social e Políticas De Salvaguardas Do Banco Mundial	75



MINAGRIF/PDAC



ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Componentes do PDAC	9
Tabela 2: Descrição da equipa técnica do TSP BRLi/SIRIUS	10
Tabela 3: Riscos Ambientais e Sociais.....	13
Tabela 4: Ficha Técnica da Fazenda	15
Tabela 5: Equipamentos por Adquirir	19
Tabela 6: Principais resíduos produzidos na fazenda.....	19
Tabela 7: Necessidade hídrica das Culturas	20
Tabela 8: Enquadramento Biofísico	21
Tabela 8: Características socioeconómicas	21
Tabela 9: Descrição das principais lacunas entre as leis nacionais e as Políticas de Salvaguarda do Banco Mundial	23
Tabela 12: Classificação dos impactos.....	25
Tabela 13: Identificação, avaliação na fase de construção e operação.....	26
Tabela 14: Procedimentos de gestão dos resíduos	32
Tabela 13: Tipos de resíduos, locais de produção, danos e acções	33
Tabela 14: Cronograma de implementação do PGR.....	34
Tabela 17: Análise de risco	35
Tabela 18: Cronograma de acções e responsabilidades de PHSSO	36
Tabela 19: Acções, responsabilidades e cronograma de implementação do PAE	36
Tabela 20: Equipamentos de segurança, kits de combate a incêndios e contenção de produtos químico..	37
Tabela 21: Potenciais cenários de emergência	37
Tabela 22: Procedimentos de emergências.....	37
Tabela 23: Acções, responsabilidades e cronograma de implementação do Plano de fertilização, gestão de pragas e doenças.....	38
Tabela 24: Procedimento para armazenamento, manuseio, aplicação e deposição dos pesticidas	39



MINAGRIF/PDAC



Tabela 25: Causas e medidas de mitigação dos impactos negativos de pragas e uso de pesticidas, insecticidas	40
Tabela 26: Cronograma de implementação do plano de gestão de pragas e doenças	41
Tabela 27: Acções, responsabilidades e cronograma de implementação do plano de prevenção da COVID-19.....	41
Tabela 27: Objectivos, acções e resultados da estratégia de intervenção.....	42
Tabela 28: Objectivos, acções e resultados da estratégia de intervenção.....	43
Tabela 28: Cronograma de implementação.....	45
Tabela 29: Plano de formação Ambiental e Social	46
Tabela 30: Relatório de monitorização ambiental e social.....	49
Tabela 31: Estimativa de custos	51
Tabela 32: Identificação e avaliação dos impactes ambientais e sociais.....	71



MINAGRIF/PDAC



ÍNDICE DE FIGURA

Figura 1: Limites da Fazenda.	16
Figura 2: O subprojecto dista a cerca de 6 km da EN120.	16
Figura 3: Mapa de elevação no sentido latitudinal norte-sul, há uma diferença de cota entre os 1266 e 1288 m de 21,4 m distribuídos em uma distância de 981 m, com inclinação máxima de 4,8 % e média de 2,3%. Medidas anti erosivas são dispensáveis.....	17
Figura 4: Mapa de elevação no sentido latitudinal norte-sul, há uma diferença de cota de 8,24 m entre os 1271 e 1278 m distribuídos em uma distância de 498 m, com inclinação máxima de 4,4 % e média de 1,6%. Dispensa-se assim a necessidade de implementação de medidas anti erosivas.....	17
Figura 5: Reunião de envolvimento com partes interessadas ao subprojecto.....	54
Figura 6: Membros da Cooperativa.....	54
Figura 7: Residências dos trabalhadores	62
Figura 8: Campo agrícola.....	62
Figura 9: Escola de campo da cooperativa.....	62



MINAGRIF/PDAC



LISTA DE ACRÓNIMOS

AFD:	Agência Francesa de Desenvolvimento
AIA:	Análise de Impacto Ambiental
BM:	Banco Mundial
BRLi-Sirius:	Empresa contratada pelo PDAC para a prestação de assistência técnica especializada no Corredor
CRA:	Constituição da República de Angola
CTI:	Comité Técnico de Implementação
EAS/AS:	Exploração e Abuso Sexual e/ou Assédio Sexual
EBRD:	Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento
EDA:	Estação de Desenvolvimento Agrário
EIA:	Estudo de Impacte Ambiental
EPI:	Equipamento de Protecção Individual
FAO:	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
HIV:	Virus da Imunodeficiência Humana
IDA:	Instituto de Desenvolvimento Agrário
IFC:	Corporação Financeira Internacional
IGCA:	Instituto Geodésico e Cartográfico de Angola
INE:	Instituto Nacional de Estatística
M & A:	Monitoria e Avaliação
MINAGRIF:	Ministério da Agricultura e Florestas
MINAMB:	Ministério do Ambiente
MIP:	Manuseio Integrado de Pragas
MIV:	Manuseio Integrado de Vectores
MSGR:	Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações
OIT:	Organização Internacional do Trabalho
OMS:	Organização Mundial da Saúde
PDAC:	Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial de Angola
PAP:	Pessoas afectadas pelo Projecto
PGAS:	Plano de Gestão Ambiental e Social
PGR:	Plano de Gestão de Resíduos
PHSST:	Plano de Higiene Saúde e Segurança no Trabalho
PME:	Pequenas e Média Empresas
PMP:	Plano de Manuseio de Pragas
PN:	Plano de Negócio
PSS:	Plano de Saúde e Segurança
SIDA:	Síndrome de Imunodeficiência humana
TSP:	Prestadores de Serviços Técnicos
UIP:	Unidade de Implementação do Projecto
VBG:	Violência Baseada no Género
SIDA:	Síndrome de imunodeficiência Adquirida



MINAGRIF/PAAC



1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Relatório do Plano de Gestão Ambiental e Social do subprojecto **Cooperativa Agro-Pecuária Mbanza Mussende R.L.** O mesmo visa avaliar os potenciais impactes ambientais e sociais e apresentar medidas para a mitigação e/ou eliminação dos impactos negativos. Na sua elaboração foram tidas em consideração as disposições constantes na legislação angolana e as políticas do Banco Mundial (BM).

O Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial (PDAC) em Angola possui quatro componentes interligadas a serem implementadas simultaneamente, seguindo a sequência lógica de actividades de cada uma delas. Estas componentes têm abrangência nos dois corredores de desenvolvimento para o financiamento de nove cadeias de valor (milho, feijão, soja, café, ovos e frangos, mandioca, batata-doce e batata rena): corredor A: cobertura de duas províncias (Cuanza Norte, Malanje); e o Corredor B: cobertura de quatro províncias (Cuanza Sul, Huambo, Bié, Huila).

Tabela 1: Componentes do PDAC

<p>Componente 1: Promoção e apoio ao desenvolvimento do agronegócio</p> <p>Pretende catalisar o potencial da agricultura e do agronegócio apoiando agricultores elegíveis e Pequenas e Médias Empresas (PME) do agronegócio nas áreas do projecto.</p> <p>Subcomponente 1.1: Fortalecimento das capacidades produtividade e comercialização</p> <p>Subcomponente 1.2: Garantias parciais de crédito</p>
<p>Componente 2: Infraestrutura para Produção e Marketing</p> <p>A Componente 2 apoiará investimentos públicos em estradas de serviço agrícola e outras infraestruturas (irrigação e infraestrutura de “último km”).</p> <p>Subcomponente 2.1: Reabilitação de Estradas Rurais</p> <p>Subcomponente 2.2: Apoio a Projectos Públicos de Irrigação</p> <p>Subcomponente 2.3: Conexões de eletricidade rural de último km</p>
<p>Componente 3: Fortalecimento Institucional e Melhoramento do Ambiente de Negócios</p> <p>Irá contribuir para a criação dum ambiente mais propício para o desenvolvimento sustentável do agronegócio, abordando os constrangimentos ao desenvolvimento das cadeias de valor através dum diálogo público-privado, apoiando novas tecnologias nas cadeias de valor prioritárias e fortalecendo a capacidade institucional do MINAGRIF (Ministério da Agricultura e Florestas).</p>
<p>Componente 4: Gestão e monitoria/avaliação do projeto</p> <p>A Componente se concentra na gestão do projeto, monitoria e avaliação (M&A)</p>

O subprojecto “**Cooperativa Agro-Pecuária Mbanza Mussende R.L.**” integra-se na componente 1 (promoção e apoio ao desenvolvimento do agronegócio). A cooperativa contempla um número de 144 membros, dos quais 84 senhoras e 60 homens. Os membros são em sua maioria jovens, com conhecimentos de produção, fruto de experiências passadas de geração em geração, que se aprimora com as escolas de campo do SAMAP. A nível da direcção, estão 2 mulheres, uma tesoureira e a secretária do conselho fiscal.

1.1 Objectivos e âmbitos do PGAS



MINAGRIF/PDAC



O PGAS é um instrumento que permite prover a um projecto uma estrutura eficiente que garanta a execução e o controlo das acções planeadas nos vários planos, a adequação condição, assim como controlar informações e manter um elevado padrão de qualidade na implementação e operação do projecto. Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) contém um conjunto de programas os quais contemplam diversas medidas e acções que devem ser aplicadas durante a construção e operação da fazenda de produção de milho e feijão. Estes programas permitirão estimular a melhoria da qualidade de vida, nas dimensões social, ambiental, cultural e económica.

Como objectivos específicos tem-se para este PGAS:

- Atender os requisitos legais do Governo Angolano (GA) e do Banco Mundial (BM) para a implementação e operação do subprojecto da agricultura;
- Minimizar os impactos ambientais e sociais associados as etapas de construção, implementação e operação dos subprojectos e os seus efeitos sobre a comunidade e ambiente;
- Garantir a protecção humana, do património cultural e da biodiversidade principalmente de espécies ameaçadas e ecossistemas sensíveis;
- Reduzir e/ou eliminar os impactos negativos no ambiente e riscos de saúde e segurança dos trabalhadores causados pela gestão inadequada de resíduos, efluentes e emissão de gases poluentes, com adopção de práticas adequadas para a gestão dos aspectos ambientais em todas fases do subprojecto;
- Promover planos de atendimentos a emergências ambientais e outras que representem risco a vida das comunidades e dos trabalhadores do projecto durante as actividades de construção, implementação e operação do projecto.

1.2 Identificação da equipa

A seguir é apresentada uma breve descrição da equipa técnica do TSP BRLi/Sirius responsável pela elaboração, supervisão e monitoria da implementação do PGAS, inclusive a formação e papel de cada um no PGAS (Tabela 2):

Tabela 2: Descrição da equipa técnica do TSP BRLi/SIRIUS

Nome	Contacto	Formação	Papel
Daniel Sassupe	daniel.corredorb@sirius.co.ao sassupe@yahoo.com.br Telemóvel: 942 817 594	Eng.º Agrónomo; Pós-Graduado em Ciências do Consumo Alimentar M.Sc. Produção e Tecnologia Alimentar	Implementar os PGAS com base nas orientações do QGAS, orientar, capacitar os proponentes, apoiar na implementação, supervisão e apoiar do MSGR e do plano de mitigação de EAS/AS do PDAC; Participar na preparação e supervisão de medidas e instrumentos de salvaguardas Ambientais e Sociais (FTAS e PGAS)
Irina Portela	irina.corredorb@sirius.co.ao leiteirina@gmail.com Telemóvel: 928 558 872	Engª Geógrafa	Implementar os PGAS com base nas orientações do QGAS, orientar e capacitar os proponentes e apoiar na implementação, supervisão e apoiar do MSGR e do plano de mitigação de EAS/AS do PDAC; Participar na preparação e supervisão de medidas e instrumentos de salvaguardas Ambientais e Sociais (FTAS e PGAS)



MINAGRIF/PDAC



Nome	Contacto	Formação	Papel
Domingos Samy	domingos.corredorb@sirius.co.ao Telemóvel: 922 163042	Eng.º Ambiental	Implementar os PGAS com base nas orientações do QGAS, apoiar na implementação, apoiar do MSGR e do plano de mitigação de EAS/AS do PDAC; Participar na preparação e supervisão de medidas e instrumentos de salvaguardas Ambientais (FTAS e PGAS)
Evaristo Wenda	evaristowenda@gmail.com Telemóvel: 940525400	Eng.º Agrónomo	Implementar os PGAS com base nas orientações do QGAS, apoiar na implementação, apoiar do MSGR e do plano de mitigação de EAS/AS do PDAC; Participar na preparação e supervisão de medidas e instrumentos de salvaguardas Ambientais (FTAS e PGAS)
Jacira Cassange	jaciracassange25@gmail.com Telemóvel: 941024099	Assistente Social	Implementar os PGAS com base nas orientações do QGAS, apoiar na implementação, apoiar do MSGR e do plano de mitigação de EAS/AS do PDAC; Participar na preparação e supervisão de medidas e instrumentos de salvaguardas Sociais (FTAS e PGAS)
José Chito	josepereirachito199@gmail.com Telemóvel: 943368162	Assistente social	Implementar os PGAS com base nas orientações do QGAS, apoiar na implementação, apoiar do MSGR e do plano de mitigação de EAS/AS do PDAC; Participar na preparação e supervisão de medidas e instrumentos de salvaguardas Sociais (FTAS e PGAS)

1.3 Breve descrição de responsabilidades do TSP, Proponente, PDAC e Banco Mundial (BM)

As responsabilidades da BRLi/Sirius, Proponente (**Sr. Cunha António**), PDAC e BM para elaboração, aprovação e implementação do PGAS são descritas em forma própria:

- BRLi/Sirius: Elaboração da Ficha de Triagem Ambiental e social-FTAS, Elaboração Plano de Gestão Ambiental e Social-PGAS, monitoramento a uso de registos de PGAS, colaborar na implementação de medidas de prevenção e mitigação EAS/AS, na divulgação e disponibilização do MSGR junto dos trabalhadores e comunidades envolventes e assistência técnica;
- Proponente: responsável pela implementação de medidas de mitigação social e ambiental, incluindo medidas de prevenção e mitigação de incidentes de EAS/AS;
- PDAC: Implementação e gestão do MSGR, Implementação de protocolo EAS/AS associado ao MSGR, Categorização ambiental e social do subprojecto e supervisão da implementação de PGAS;
- BM: revisão e aprovação dos PGAS.

1.3.1 Níveis de Obrigações e Responsabilidades da BRLi/Sirius



MINAGRIF/PDAC



Entre outras obrigações, a BRLi/Sirius deverá garantir que as fases de pré-construção, construção e operação do subprojecto sejam realizadas tendo em conta as recomendações do PGAS.

A BRLi/Sirius compromete-se a orientar os trabalhos da fazenda de forma sustentável, respeitando a comunidade local, seus recursos e meios de sobrevivência, além de garantir a protecção do meio ambiente, a saúde e segurança dos seus trabalhadores e da comunidade em geral.

Para atingir este objectivo, a BRLi/Sirius deverá:

- Garantir que o PGAS elaborado esteja em conformidade com as políticas operacionais do Banco Mundial e os requisitos legais e ambientais do Governo angolano;
- Promover acções de segurança, saúde e protecção ambiental e social no PGAS;
- Monitorizar e avaliar a eficácia das acções previstas no PGAS no que concerne a saúde, segurança e protecção ambiental e social;
- Garantir condições de correcção de eventuais não conformidades com o PGAS com a implementação de medidas correctivas.

1.3.2 Níveis de obrigações e responsabilidades do proponente

Para o cumprimento das medidas estabelecidas no presente PGAS, o proponente do projecto tem as seguintes responsabilidades:

- **Implementar as medidas previstas no PGAS**

O proponente tem a responsabilidade de implementar todas as acções previstas no PGAS e os mitigar dos potenciais impactos ambientais e sociais das actividades do projecto e promover a boa conduta do trabalhador. Estas acções serão implementadas sob assistência técnica da equipa ambiental e social da BRLi/Sirius.

- **Garantir as condições de segurança, saúde e protecção dos trabalhadores**

O proponente é responsável por adoptar medidas que garantam segurança, saúde e protecção dos seus trabalhadores, como:

- a. Promover condições para o uso de equipamentos de protecção individual.
- b. Garantir condições de saúde dos trabalhadores com a criação de uma área de primeiros socorros.
- c. Garantir moradias condignas, com condições de habitabilidade, higiene e segurança física dos trabalhadores, com quartos e instalações sanitárias separadas por Sexo (homem-mulher) de acordo aos critérios para acomodações dos trabalhadores estabelecidos pela IFC / EBRD: https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/topics_ext_content/ifc_external_corporate_site/sustainability-at-ifc/publications/publications_gpn_workersaccommodation
- d. Condições salariais adequadas conforme a legislação angolana sobre o direito do trabalhador.
- e. Levar a cabo acções com vista a prevenir a propagação da covid 19.
- f. Garantir a igualdade de género com a contratação equitativa de mulheres.
- g. Garantir a Implementação de todas as medidas de prevenção de riscos de EAS/AS previstas no PGAS e o acesso ao MSGR por todos os trabalhadores.



MINAGRIF/PDAC



- h. Implementar medidas de prevenção e protecção dos trabalhadores contra EAS/AS.
- i. Subscrever o Código de Conduta previsto pelo projecto e assegurar a assinatura do Código de Conduta por todos os trabalhadores contratados pelo proponente.
- j. Prever a aplicação de medidas imediatas de protecção e segurança física de sobreviventes de EAS/AS causadas por um trabalhador e medidas correctivas sobre o agressor.
- k. Assegurar o acesso ao MSGR por todos os trabalhadores e comunidade envolvente, disponibilizar um canal de recepção de reclamações/sugestões nas instalações e colaborar na sua divulgação junto dos mesmos.
- l. Cumprir com as recomendações do PGAS, empregando técnicas ambientais e sociais que minimizem os impactos das actividades da Fazenda e reduzam a produção de resíduos, minimizem os efeitos da poluição ambiental e previnam efeitos sobre o meio ambiente e comunidade circunvizinha;
- m. Prevenir ou minimizar a ocorrência de acidentes que possam causar danos no ambiente e prevenir ou minimizar, os seus efeitos, além de prevenir a propagação de Doenças sexualmente transmissíveis (DST), violência baseada no género (VBG), Trabalho infantil e propagação do vírus COVID-19

1.3.3 Níveis de obrigações e responsabilidades da unidade de implementação do PDAC

- Avaliar as fichas de triagem ambiental e social;
- Categorizar os subprojectos (definir estudos ambientais e sociais necessários);
- Revisão dos PGAS
- Implementação e Gestão do MSGR (em colaboração com os TSP's);
- Monitorizar a implementação dos PGAS.
- Implementar as acções previstas no Plano mitigação e resposta EAS/AS.

1.3.4 Níveis de obrigações e responsabilidades do Banco Mundial

- a) Revisar e aprovar os Planos de Gestão Ambiental e Social;
- b) Revisar e aprovar os relatórios de monitorização da implementação dos PGAS.

1.4 Principais riscos ambientais e sociais associados

Tabela 3: Riscos Ambientais e Sociais

Riscos ambientais	Descrição
Contaminação do solo e da água e degradação da paisagem devido a resíduos e efluentes (resíduos sólidos, águas residuais, óleo, combustível, tintas, etc.) gerados em áreas de trabalho, oficinas, estaleiros e a utilização de fertilização química.	<ul style="list-style-type: none"> • As obras de construção e reabilitação previstas têm potencial para a contaminação dos solos e do lençol freático por resíduos sólidos, óleos, combustíveis, tintas, etc. • Possível contaminação do solo por óleos e combustíveis das maquinarias e uso de gerador. • Contaminação do solo pelo uso de fertilizantes.
Supressão de vegetação, e risco de erosão e assoreamento de corpos d'água próximos ao site durante a limpeza e preparação do terreno para preparação de parcelas agrícolas, colocação de tubagem de irrigação	Supressão da vegetação durante a limpeza e preparação do terreno.
Geração de poeira, ruído, vibração e gases devido à operação de equipamentos de construção, transporte de materiais de construção e operação de estaleiros de obra	O transporte de materiais e funcionamento de maquinarias resultantes da fase de construção têm potencial para alterar a qualidade do ar, gerar ruídos e



MINAGRIF/PDAC



	vibrações dentro da fazenda e nas comunidades circunvizinhas a fazenda (1-5 km de distância)
Perigos de segurança e saúde ocupacional durante a execução das obras (construção e reabilitação de infraestruturas, parcelas agrícolas, transporte de materiais etc.)	<ul style="list-style-type: none">• Durante execução das obras de construção e reabilitação de infraestruturas e transporte de materiais.• Possíveis conflitos entre a comunidade local e os trabalhadores da construção civil (com movimentação de mão-de-obra externa), entre eles: aumento do risco de casos EAS/AS.
Riscos sociais	Descrição
Perigos de segurança e saúde comunitária durante a execução das obras (construção e reabilitação de infraestruturas, parcelas agrícolas, transporte de materiais etc.)	Perigo para as comunidades circunvizinhas a fazenda durante o transporte de materiais (1- 5 km do site)
Acidentes de trabalho (fase operacional do subprojecto)	Risco de acidentes de trabalho durante o manuseio de máquinas e substâncias químicas perigosas.
Acidentes nas comunidades próximas (transporte de mercadoria)	Circulação de veículos e máquinas afectos ao subprojecto da fazenda
Afetação da saúde dos trabalhadores e moradores	Ruído, qualidade do ar e vectores de doença
Violência baseada no género	A ausência de espaços para repouso separados por género para abrigar os funcionários é algo que vai contra a os hábitos e costumes locais (esta limitação pode gerar situações de assédio sexual ou outras formas de violência baseada no género).
Exploração laboral e trabalho infantil	<ul style="list-style-type: none">• A ausência de informação sobre os Direitos Humanos e laborais.• Hábito cultural de envolver as crianças nas actividades produtivos familiares;• Crianças fora do sistema de ensino;• Ausência de informação sobre a Lei Geral do Trabalho (LGT).
Conflito entre as comunidades e os Empresários	Não empregabilidade do pessoal local.

1.5 Estrutura e conteúdos do PGAS

O presente PGAS está estruturado da seguinte forma:

1. Introdução;
2. Descrição do subprojecto;
3. Descrição do meio;
4. Enquadramento legal;
5. Avaliação dos Impactos Ambientais e sociais e Medidas de Mitigação;
6. Programa de gestão ambiental e social;
7. Custos Estimados;
8. Anexos.



MINAGRIF/PDAC



2 DESCRIÇÃO DO SUPROJECTO

2.1 Ficha técnica

Tabela 4: Ficha Técnica da Fazenda

Nome do Subprojecto	Cooperativa agropecuária M'Banza mussende R.L		
Representante Legal	Sr. Cunha António		
Localização do projecto	Província	Cuanza Sul	
	Município	Cela	
	Comuna	Waco Kungo	
	Bairro	Mbanza Mussende	
Coordenadas	Latitude 11° 7'52.73"S; Longitude 15° 1'10.94"E		
Superfície Total	50 hectares		
Superfície agrícola	42 hectares		
Tipologia de subprojecto/actividade	Milho, feijão e batata doce e batata-rena		
Actividades de construção	Não		
Actividades de reabilitação	1 Armazém de 242 m ²		
Aquisição de equipamento	<ul style="list-style-type: none"> • Semeador manual • Pulverizador dorsal 		
Consumo de energia	A área onde será implementado o subprojecto não dispõe de energia elétrica		
Fontes de água	O subprojecto, está limitado na posição Sul com o rio Mbuambua e a Oeste com o rio Fumba. (ambos de caudal permanente).		
Regadio (S/N)	Sim		
Sequeiro (S/N)	Sim		
Número de trabalhadores	Eventuais serão contratados conforme as necessidades da fazenda		
	Permanentes: 144	Mulheres: 84	Homens: 60
Acesso	São percorridos cerca de 30 Km, da sede do município da Cela (Waco - Kungo) em estrada asfaltada (EN 120) até a entrada da sede da Cooperativa.		
Destino das águas residuais	As águas residuais serão enviadas para uma fossa séptica		

2.2 Localização da fazenda

O subprojecto está localizado no Bairro Mbanza Mussende, Comuna de Waco-Kungo, Município da Cela, Província do Cuanza Sul.

A parcela possui as seguintes confrontações:

- A Norte: a estrada que liga Mbanza Mussende ao Centro Social Cassange Município do Ebo;
- A Sul: com o rio Mbuambua;
- A Este: com uma picada (estrada melhorada);
- A Oeste: com o rio Fumba (Cooperativa Agrijovem).

No perímetro de 5 km em torno da Fazenda, não existem aldeamentos, a propriedade esta ladeada apenas de Fazendas.



MINAGRIF/PDAC



Figura 1: Limites da Fazenda.



Figura 2: O subprojecto dista a cerca de 6 km da EN120.



MINAGRIF/PDCA

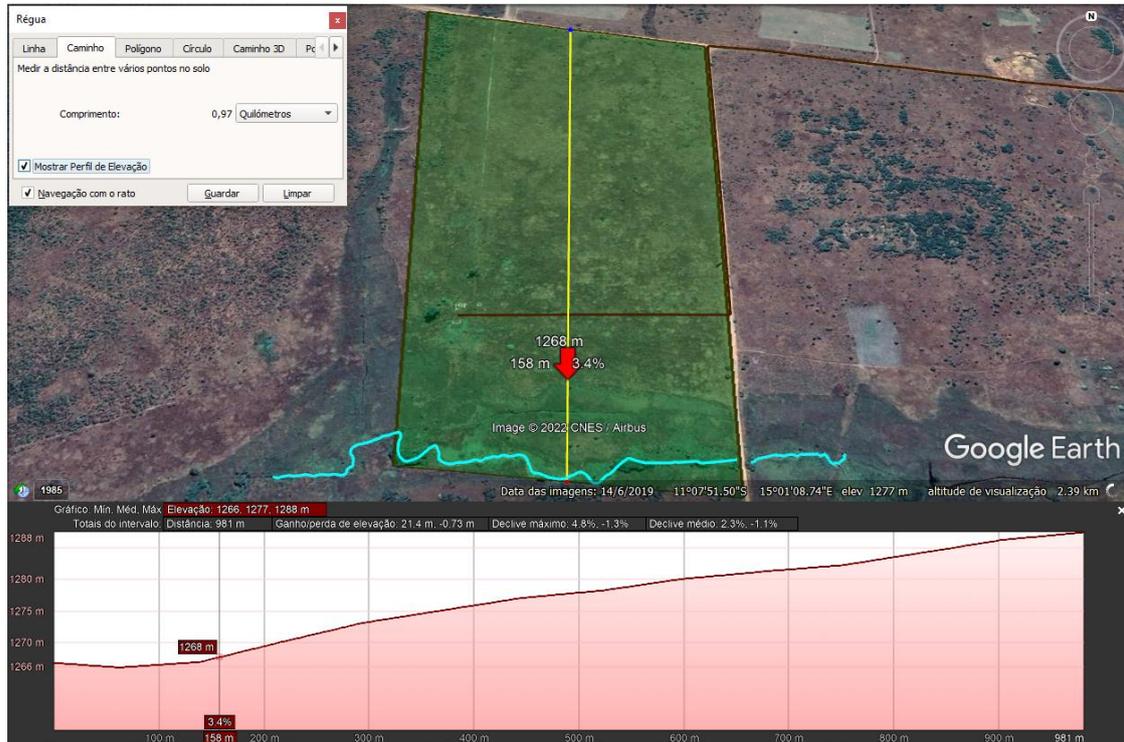


Figura 3: Mapa de elevação no sentido latitudinal norte-sul, há uma diferença de cota entre os 1266 e 1288 m de 21,4 m distribuídos em uma distância de 981 m, com inclinação máxima de 4,8 % e média de 2,3%. Medidas anti erosivas são dispensáveis.



Figura 4: Mapa de elevação no sentido latitudinal norte-sul, há uma diferença de cota de 8,24 m entre os 1271 e 1278 m distribuídos em uma distância de 498 m, com inclinação máxima de 4,4 % e média de 1,6%. Dispensa-se assim a necessidade de implementação de medidas anti erosivas.



MINAGRIF/PDAC



2.3 Objectivos do subprojecto

Investir na evolução da produção de milho, feijão, batata-doce e batata-rena, através do aumento da área de produção, saindo dos actuais 36,5 ha para 42 ha, e aumento dos rendimentos.

Projeta-se a melhoria das condições socioeconómicas dos promotores e das comunidades circunvizinhas, pela geração de postos de trabalhos, com enfoque nos seguintes objectivos específicos:

- Produzir cultivos anuais de sequeiro em condições seguras, sem efeitos ambientais negativos e com padrões de produção razoáveis.
- Melhorar o sistema de cultivo e a qualidade dos produtos oferecidos actualmente (milho, feijão, e os tubérculos);
- Aumentar gradualmente a produtividade das culturas, com uso de média tecnologia;
- Oferecer produtos de qualidade, criando uma marca de referência para o mercado nacional;
- Promover o desenvolvimento social da Cooperativa e das comunidades através contratação de mão de obra dos bairros vizinhos e integração dos assuntos de equidade de género, ambiente, higiene e segurança ocupacional.

As metas a alcançar anualmente a partir do ano cruzeiro (2º) são:

- 144 ton de milho;
- 139 ton de feijão;
- 200 ton de batata rena;
- 150 ton de batata-doce.

2.4 Plano de produção

O subprojecto contempla a produção de milho e feijão, batata-doce e batata-rena de sequeiro em 42 ha

2.5 Descrição das actividades previstas

Durante a implementação deste projecto, as actividades a serem realizadas são as seguintes:

- Parcelamento do terreno em função do esquema de rotação;
- Recrutamento de pessoal;
- Melhoramento da fertilidade do solo, através da correcção dos solos;
- Gestão das produções de forma rigorosa, seguindo a programação feita e os padrões técnicos propostos e com acompanhamento da equipa de consultores;
- Melhoramento as condições de colheita, embalagem e armazenamento.

Para os cultivos anuais de sequeiro:

- Planeamento da preparação dos terrenos, calagem e urbanização da Fazenda.
- Planeamento anual das culturas a semear e das necessidades de compra dos insumos e outros consumíveis.
- Operações culturais do trabalho de solo, sementeira até a colheita.
- Operações de venda.

2.6 Principal tecnologia que será adoptada



MINAGRIF/PDAC



Uso de tecnologia média, levando em conta as melhores práticas ambientais, respeitando a legislação em vigor.

Em geral as operações de campo serão mecanizadas, como o controlo de pragas e doenças (feijão e batata-rena), colheita e debulha; excepto a calagem e adubação. O uso de maquinaria para as diferentes actividades de campo é familiar para o promotor, visto que o mesmo tem em sua posse, tractores e alfaías.

As tecnologias são apresentadas dentro do relatório, e consistirão no seguinte:

- Formulação de um plano anual de trabalho, baseado nas necessidades e na sucessão e rotações de culturas e o seu cumprimento estrito;
- Calagem, lavoura, gradagem, adubação de fundo e de cobertura, sementeira, fertilização, adaptadas às expectativas de rendimento e tratamento químico com insecticidas e fungicidas;
- Sacha, monda, colheita, limpeza, descasque e/ou debulha, armazenamento, secagem e embalagem.

2.7 Equipamentos por adquirir

O plano de negócio prevê a aquisição dos equipamentos da tabela abaixo

Tabela 5: Equipamentos por Adquirir

Item	Equipamentos	Quantidade	Características
1	Semeador manual	1	Saídas para a semente e o fertilizante, adaptável tanto para milho como para feijão com capacidade para 3,7 kg de sementes.
2	Pulverizador dorsal	1	com capacidade de 20 litros, ideal para o controle das pragas e doenças

2.8 Estimativa de produção de resíduos

Tabela 6: Principais resíduos produzidos na fazenda

Categorias	Quantidade (kg)/mês
Matéria orgânica perecível	90
Plástico	15
Papel e papelão	15
Vidro (; lâmpadas)	6
Metal ferroso	3
Material não ferroso	7
Madeira	30
Pano, trapo, couro e borracha	20
Contaminante biológico	10
Contaminante químico	10
EPI's usados	8
Iscas para ratos	2
cinzas	5
outros	9

2.9 Necessidades hídricas das culturas

O presente projecto tem como actividade principal a produção de café via propagação vegetativa, grãos (milho e feijão) e batata-rena de sequeiro em 50 há.



MINAGRIF/PDAC



Todas as culturas serão instaladas em sistema de sequeiro, contando apenas com as chuvas. De uma maneira geral o consumo é demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 7: Necessidade hídrica das Culturas

Culturas	Consumo por ciclo
Milho	500 mm à 800 mm
Feijão	300 mm
Batata-doce	500 mm
Batata-Rena	350 mm

Obs.: 1 mm de chuva equivale a 1 litro/m².

Tendo em conta o clima da região em que os valores das especificações pluviométricas anuais ultrapassam os 1000 mm, as necessidades hídricas das culturas serão supridas pelas chuvas.

Em termos de recursos hídricos, o subprojecto, está limitado na posição Sul com o rio Mbuambua e a Oeste com o rio Fumba. (ambos de caudal permanente). O fazendeiro deverá garantir reservatórios adequados e devidamente higienizados para o armazenamento da água para o consumo humano. Neste preciso momento utilizam água do rio Mbuambua e rio Fumba, ambos de caudal permanente durante todo ano porque são as principais fontes de água para o consumo (tratada previamente com lixívia ou fervura).

2.10 Efluentes

A zona do subprojecto não dispõe de infraestruturas essenciais, incluindo rede coletora de águas residuais e pluviais. Tendo em conta a natureza do projecto serão lançados unicamente efluentes residuais oriundos das instalações sanitárias e refeitório.



MINAGRIF/PDAC



3 CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL

3.1 Caracterização biofísica

Tabela 8: Enquadramento Biofísico

Aspectos Ambientais	Descrição
Clima	O subprojecto está situado, no município da Cela, província do Cuanza Sul, apresenta um clima tropical com duas épocas, a época chuvosa e a época do cacimbo. Tem pluviosidade média anual de 1.147 mm. Outubro é o mês mais quente do ano com uma temperatura média de 21,8° C e 17,5° C é a temperatura média em junho, considerada como mais baixa de todo ano.
Vegetação	A grande extensão da fazenda é ocupada por floresta aberta – mata de panda.
Biodiversidade	Não existem animais de grande porte na fazenda com exceção os de recolção (ratos, toupeiras, aves, entre outros)
Solos	Os solos variam de ferralíticos (são solos muito desenvolvidos, muito profundos de textura argilosa ou franco-argilosa, ótima porosidade, cor vermelha a amarela, baixa fertilidade natural bem drenados e muito ácidos) a arenosos (cor amarela, sem estrutura natural, profundos, moderada ou excessivamente drenados, ácidos, muito pobres em nutrientes, sem possibilidade de absorção destes e são de difícil manejo).
Hidrografia	O subprojecto, está limitado na posição Sul com o rio Mbuambua e a Oeste com o rio Fumba. (ambos de caudal permanente).
Qualidade do Ruído	Os ruídos na envolvente é feito por motorizadas e alguns veículos de transporte de mercadorias, mas é necessário um estudo mais aprofundado para melhor caracterização da qualidade sonora da localidade.
Qualidade do Ar	O ar na envolvente da fazenda é composto por partículas em suspensão, fumaça decorrente da movimentação de veículos e máquinas. Considera-se que a qualidade do ar é considerada boa por ser características de áreas rurais.
Área de conservação	A fazenda não se encontra dentro de uma área de conservação

3.2 Caracterização socioeconómica

Tabela 9: Características socioeconómicas

Aspectos Social	Descrição
Características geográficas e demografia	<p>Área: 5.525 km² População: 148 000 hab. Densidade: 27 hab./km²</p> <p>Cela é um município da província do Cuanza Sul, em Angola, com sede na comuna e cidade de Waco Cungo. É limitado a norte pelo município da Quibala, a leste pelo município do Andulo, a sul pelos municípios de Bailundo e Cassongue, e a oeste pelos municípios de Seles e Ebo.</p> <p>O município é constituído pela comuna-sede, correspondente à cidade de Waco Cungo, e pelas comunas de Quissanga Cunjo e Sanga.</p>
Características culturais	A população é maioritariamente composta pelo grupo etnolinguístico Ngoya.
Actividades económicas	Agricultura, caça, pesca e pecuária
Infraestruturas sociais	Existe escola primária que leciona até a 6ª classe próximo a fazenda.



MINAGRIF/PDAC



4 ENQUADRAMENTO LEGAL

O PGAS da **Cooperativa Agro-Pecuária Mbanza Mussende R.L**, foi concebido para ser implementado segundo as normas legislativas ambientais e sociais da República de Angola e alinhadas às Políticas de Salvaguardas Ambientais e Sociais do Banco Mundial aplicáveis ao PDAC.

4.1 Legislação Ambiental e Social e Políticas De Salvaguardas Do Banco Mundial

Ambiental

- Lei nº 5/98 de 19 de Junho- Lei de Bases do Ambiente
- Lei n.º 6/17 - Lei de Bases de Florestas e Fauna Selvagem
- Lei nº 6 / 02 de 21 de Junho- Lei das Águas
- Lei nº 09/04 de 9 de Novembro- Lei de Terra
- Decreto Presidencial nº 117/20 de 22 de Abril- Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento Ambiental
- Decreto Presidencial nº 190/12, de 24 de Agosto - Regulamento Sobre a Gestão de Resíduos
- Decreto Presidencial nº 196/12, de 30 de Agosto- Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos Urbanos (PESGRU)
- Decreto Presidencial nº 194/11, de 07 de Julho - Aprova o Regulamento sobre Responsabilidade por danos Ambientais.
- Decreto Presidencial nº 261/11 de 6 de Outubro- Sobre a Qualidade da Água
- Decreto Presidencial nº 82/14 de 21 de Abril- Regulamento De Utilização Geral Dos Recursos Hídricos
- Decreto Executivo nº 92/12 de 1 de Março - Termos de Referência para a Elaboração de Estudos de Impactes Ambientais
- Decreto Executivo nº 17/13 de 22 de Janeiro- Gestão de resíduos de demolição e construção
- Decreto nº 31/95 de 5 Novembro- Regulamento relativo aos sistemas de Saúde e Segurança Ocupacional.
- Decreto - Executivo nº 6/96 de 2 de Fevereiro, Sobre a legislação de Saúde e Segurança Ocupacional

Social:

- Lei nº 7/04 de 15 de Outubro- Lei de Bases da Protecção Social
- Lei nº 25/12 de 22 de Agosto- Lei de Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança (Lei nº 25/12)
- Lei nº 7/15, de 15 de Junho- Lei Geral do Trabalho
- Lei nº 25/11 de 14 de Julho- Violência Doméstica
- Decreto nº 43/03 de 4 de Julho- Regulamento sobre o HIV/ SIDA, Emprego e Formação Profissional
- Decreto nº 53/05 de 15 de Agosto- Regime jurídico dos acidentes de trabalho e doenças profissionais
- Decreto Presidencial nº 222/13 de 24 de Dezembro- Política Nacional para a Igualdade e Equidade de género e a respectiva Estratégia de advocacia e mobilização de recursos para implementação e monitoria da política
- Lei nº 1/21 de janeiro- Lei das Expropriações
- Lei nº 22/11, de 17 de junho- Lei da Protecção de Dados Pessoais

Políticas Operacionais do BM



MINAGRIF/PDAC



- OP 4.01 Avaliação Ambiental
- OP 4.04 - Habitat Natural
- O.P. 4.37 - Segurança de barragens/represas
- OP 4.09 - Gestão de Pragas
- OP 4.11 Recursos físicos e culturais
- OP 4.12 - Reassentamento Involuntário

4.2 Avaliação das lacunas da legislação e recomendações

A avaliação das lacunas legislativas é necessária para verificar se a estrutura legislativa existente no país é adequada para a gestão social e ambiental eficaz e se a estrutura legislativa apoia as políticas de salvaguarda do Banco Mundial. (Ver tabela a seguir)

Tabela 10: Descrição das principais lacunas entre as leis nacionais e as Políticas de Salvaguarda do Banco Mundial

Aspecto	Leis de Angola	Exigência do Banco Mundial	Lacuna ou Conflito
O EIA é necessário para actividades de infraestruturas proposta	O Decreto Presidencial N° 117/20 de 22 de Abril sobre o Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento Ambiental. Este regulamento estabelece as normas e procedimentos que regulam a avaliação de impacte ambiental de projectos públicos e privados e do procedimento de licenciamento ambiental. Este diploma revoga o Decreto N° 51/04 de 23 de Julho sobre a Avaliação de Impacte Ambiental e o Decreto N° 59/07 de 13 de Julho sobre o Licenciamento Ambiental.	A PO 4.01 exige EIA completo para todos os projectos classificados como sendo de Categoria A. Para projectos de Categoria B, alguma forma de avaliação ambiental é necessária, geralmente menos rigoroso do que um EIA completo e muitas vezes tomando a forma de um Plano de Gestão Ambiental (PGA).	Sem lacunas assinaláveis
Gestão de Pragas	Angola tem um regulamento para a produção, importação, comércio e utilização de pesticidas aprovados 1965 durante a era colonial. Através deste regulamento, o Ministério da Agricultura tem um mandato para gerir pesticidas no país.	A política de Gestão de Pragas do Banco Mundial (PO 4.09) promove o uso de técnicas Gestão Integrada de Pragas que visam minimizar o uso de pesticidas sintéticos. Ela promove o uso seguro, manuseamento, armazenagem e eliminação de pesticidas químicos aprovado	O regulamento angolano de gestão de pesticidas é antigo e pode não ser capaz de lidar com as necessidades da agricultura comercial em vigor. Pelo que se recomenda a aplicação dos padrões do Banco Mundial.
Reassentamento involuntário	<ul style="list-style-type: none"> • A Constituição da República de Angola –o n° 2 do artigo 15 - reconhece às comunidades locais o acesso e o uso das terras, nos termos da lei sem prejuízo da possibilidade de expropriação por utilidade pública, mediante justa indemnização, nos termos da lei. • Lei de Terras, a Lei n. 9/04 - O Estado só pode expropriar terras se for utilizado para uma finalidade pública. • Lei de Ordenamento do Território e Urbanismo, a Lei n. 3/04, artigo 20 	PO 4.12 requer o desenvolvimento de Plano de Reassentamento para abordar os impactos económicos e sociais resultantes de investimentos assistidos pelo Banco e que resultam da tomada involuntária de terras, resultando em (i) mudança ou perda de abrigo; (ii) perda de bens ou acesso a bens; ou (iii) perda de fontes de renda ou meios de subsistência, independentemente se as pessoas afectadas devem ou não mudar para outro local; ou (B) a restrição involuntária de acesso a parques e áreas	Embora peças de legislação angolana abordem assuntos relacionados ao reassentamento, não foi identificada uma regulamentação específica sobre o reassentamento como resultado das actividades económicas. A política do Banco Mundial e Padrão de Desempenho GBM deve ser aplicada em caso de necessidade de reassentamento. O QPR fornece mais orientações sobre este assunto.



MINAGRIF/PDCA



Aspecto	Leis de Angola	Exigência do Banco Mundial	Lacuna ou Conflito
	<p>• Direito Ambiental, Lei nº. 5/98 – Assume que o desenvolvimento de qualquer infraestrutura que tem um impacto ambiental ou social deve incluir uma consulta prévia com a população afectada.</p>	<p>designadas legalmente protegidos, resultando em impactos adversos sobre meios de subsistência das pessoas deslocadas.</p>	
Saúde e Segurança no Trabalho	<p>•Lei Geral do Trabalho (Lei 7/15) – A nova lei aplica-se a todos os trabalhadores que prestam actividades remuneradas por conta de um empregador, no âmbito da organização e sob a autoridade e direcção deste, em empresas públicas, mistas, privadas, cooperativas, organizações sociais, organizações internacionais e nas representações diplomáticas e consulares existentes no território da República de Angola.</p>	<p>O BM elaborou Manuais de Procedimentos de Revisão Ambiental e Social (ESRP) que definem as tarefas aprovadas pela administração da GBM para alcançar a conformidade do cliente com as Normas de Política e Desempenho sobre Sustentabilidade Ambiental e Social, Política de Acesso à Informação e Diretrizes de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (EHS).</p>	<p>Pouco rigor na observância das normas sobre a SST (implementação e controlo quase inexistente; existência de poucos profissionais de SST e SST percebido como impedimento).</p>
Consultas Publicas	<p>Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento (Decreto Presidencial 117/20 de 22 de Abril)</p> <p>Os projectos sujeitos à avaliação de impactos ambiental são obrigatoriamente sujeitos a consultas públicas promovidas pelo departamento ministerial do ambiente.</p>	<p>O processo de consulta deverá envolver :(i) consultas a grupos de interesse que exigem atenção especial (grupos focais), agências nacionais, ONGs i (ii) reuniões abertas ao público nos municípios.</p> <p>As consultas deverão acontecer na fase de selecção do local do projecto, triagem do projecto, elaboração de documentos (PGAS);</p> <p>(iii) As Consultas públicas devem ser consideradas com um processo contínuo..</p>	<p>Na legislação nacional as consultas públicas são feitas após a elaboração e análise do EIA, convocadas pelo órgão ministerial e organizadas pelo proponente. Os projectos que passam pela consulta pública são projectos indústrias e de obras porque têm maior impacto</p> <p>O BM exige consulta pública para todos os subprojectos e são realizados pelo TSP´s para cada subprojecto ou um conjunto de subprojectos no âmbito da elaboração do PGAS.</p>
Triagem Ambiental e Social	<p>Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento (Decreto Presidencial 117/20 de 22 de Abril)</p> <p>Os projectos sujeitos à avaliação de impactos ambiental são sujeitos a triagem ambiental no portal de registo dos projectos SIA (Serviço Integrado de Avaliação) do Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente (MINAMB)</p>	<p>Banco Mundial realiza triagem ambiental de cada projecto proposto para determinar a extensão apropriada e</p> <p>tipo de avaliação ambiental exigido. A OP 4.01 do Banco sobre avaliação ambiental classifica o projecto</p> <p>proposto em uma das quatro categorias A, B, C e D, dependendo do tipo, localização, sensibilidade escala do projecto e da natureza e magnitude dos impactos ambientais previstos.</p>	<p>Não existem conflitos ou lacunas assinaláveis uma vez que o processo de triagem ambiental e social do Banco Mundial cumpre com os requisitos da legislação ambiental angolana para triagem e parecer ambiental dos subprojectos registados no portal do MINAMB</p> <p>O BM exige uma ficha de triagem ambiental e social que prevê a pré-avaliação ambiental e social do subprojecto antes da elaboração do PGAS e das consultas públicas.</p>



MINAGRIF/PDAC



5 AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

Este capítulo descreve a metodologia utilizada para analisar os potenciais impactos ambientais e socioeconómicos resultantes da implementação do subprojecto da **Cooperativa Agro-Pecuária Mbanza Mussende R.L.** Apresenta igualmente as medidas de mitigação para minimizar, atenuar e/ou reduzir os potenciais impactos identificados.

5.1 Metodologia de avaliação dos impactos Ambientais e Sociais

O Decreto 117/20 de 22 de Abril, define impacto ambiental como “qualquer mudança do ambiente para melhor ou para o pior, especialmente com efeitos no ar, na água, no solo e no subsolo, na biodiversidade, na saúde das pessoas e no património cultural resultante directa ou indirectamente das actividades humanas”. A metodologia utilizada foi a **matriz de interação** que consiste em uma listagem de controle bidimensional onde são relacionados os aspectos e impactos ambientais.

Tabela 11: Classificação dos impactos

Classificação	Definição de Classificação	Pontuação
A. Âmbito – a área onde se vai sentir o impacto		
Local	Confinado à área do projecto	1
Regional	Os efeitos do impacto podem atingir áreas num raio de 1- 5 km do local do projecto	2
(Inter)regional	Podem atingir áreas num raio entre 5 km- 10 km do local do projecto.	3
M. Magnitude – a magnitude do impacto em relação à sensibilidade do meio receptor		
Reduzida	Impacte com uma intensidade ou extensão da afetação fraca	1
Moderada	Impacte com uma intensidade ou extensão da afetação média	2
Elevada	Impacte com uma intensidade ou extensão da afetação forte	3
D. Duração – o período de tempo em que se manifesta o impacto		
Curto prazo	Até 6 meses.	1
Médio prazo	6 meses a 2 anos.	2
Longo prazo	Mais de 2 anos.	3
P. Probabilidade do impacto – a possibilidade de ocorrer o impacto		
Baixa	<40% de probabilidade de ocorrer	1
Média	Entre 40% - 70% de probabilidade de ocorrer	2
Alta	>70%-90% de probabilidade de ocorrer	3
R. Reversibilidade (medida em que o impacto pode ser revertido para a situação previamente existente)		
Reversível	Impacte cujo restabelecimento da componente ambiental relativamente à situação de referência é elevada ou muito fácil	1
Irreversível	Impacte cujo restabelecimento das componentes ambiental e social relativamente à situação de referência é praticamente impossível	2
S. Significância (S= P x A x Mx D)		
Pouco significativo	Impacte com pouca importância	1-11
Significativo	Impacte importante	11-23
Muito significativo	Impacte de grande importância	24
Natureza (o impacto produz benefícios ou danos no ambiente e na sociedade)		
Positivo	Impacte causador de efeitos benéficos	1
Negativo	Impacte causador de efeitos prejudiciais	2



MINAGRIF/PDAC



5.2. Avaliação dos impactos ambientais e sociais e Medidas de Mitigação

Tabela 12: Identificação, avaliação na fase de construção e operação

Aspecto ambiental/Social	Actividades/Riscos	Impacto	Medidas de Mitigação	Responsabilidade
Aspecto Ambiental				
Solo	<ul style="list-style-type: none"> • Actividades de reabilitação de 1 Armazém de 242 m² • Uso inadequado de fertilizantes • Preparo inadequado do solo • Manutenção de máquinas e equipamentos causando derrame de combustíveis e lubrificantes • Trocas inadequadas de combustíveis • Uso de equipamentos (máquinas e gerador) • Trocas inadequadas de combustíveis podem causar explosão e a exposição causar doenças respiratórias, doenças de pele. 	<ul style="list-style-type: none"> • Contaminação dos solos por derrame de combustíveis e lubrificantes • Produção Resíduos de Construção e demolição. • Intrusão visual resultante do acúmulo de resíduos de construção civil • Descarte inadequado de resíduos • Compactação do solo • Supressão de vegetação • Erosão do solo /Salinização no solo • Redução da qualidade do solo reduzindo a taxa de infiltração e as características do solo • Contaminação dos solos • Redução e/ou eliminação da biodiversidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprir com as orientações do Plano de Gestão de Resíduos. • Seleccionar um local adequado para a deposição dos resíduos de construção. Estes resíduos deverão ser geridos adequadamente e de acordo a legislação nacional nomeadamente Decreto Executivo nº 17/13 sobre os Resíduos de Construção e Demolição e o Decreto Presidencial nº 190/12 sobre o Regulamento de Gestão de Resíduos • Realizar sempre a preparação do solo na época certa de cultivo. • Realizar sempre a manutenção de equipamentos e maquinaria em locais apropriados e impermeabilizados. • Impermeabilizar ou pavimentar conforme legislação os recintos de manutenção regular equipamentos e máquinas, oficina, armazenamento e abastecimento de combustíveis e zonas de geradores e construir bacias de decantação de hidrocarbonetos para conter possíveis derrames acidentais de combustíveis e lubrificantes. • Os resíduos e efluentes residuais resultantes desse processo devem ser devidamente armazenados e encaminhados para um destino final ambientalmente adequado. • Elaboração e implementação de um plano de gestão de pesticidas segundo as recomendações da FAO (http://www.fao.org/fileadmin/templates/agphome/documents/Pests_Pesticides/Code/CODE_2014Sep_ENG.pdf.) • Qualquer pesticida diluído não utilizado que não possa ser aplicado à cultura - junto com água de enxague e pesticidas desactualizados ou não mais aprovados - deve ser descartado como resíduo perigoso, de acordo com Directrizes da IFC. • Recipientes de pesticidas vazios, lacres de alumínio e tampas devem ser enxaguados três vezes, e as lavagens usadas no tanque de pesticidas deve ser pulverizado de volta para o campo ou descartado como resíduo perigoso em uma maneira consistente com as recomendações da IFC. • Os fertilizantes devem ser armazenados na sua embalagem original e em local devidamente identificado com placas de sinalização. 	Proponente com apoio técnico do TSP



MINAGRIF/PDAC



Aspecto ambiental/Social	Actividades/Riscos	Impacto	Medidas de Mitigação	Responsabilidade
			<ul style="list-style-type: none"> O seu uso deverá ser de acordo com as orientações internacionais e responder às medidas de protecção do ambiente. Promover a adopção da técnica de rotação de culturas com leguminosas. Elaborar e implementar de um programa de fertilizantes balanceados para cada unidade de manejo do solo 	
Recursos Hídricos	<ul style="list-style-type: none"> Má gestão de recursos hídricos Actividades relacionadas Local de tratamento dos resíduos Supressão da vegetação e risco de erosão 	<ul style="list-style-type: none"> Contaminação dos rios Mbuambua e Fumba Perda da biodiversidade aquática 	<ul style="list-style-type: none"> A rega deverá ser feita nas primeiras horas e no fim do dia;¹ Instalação de fossas sépticas (ou equivalentes) para a recolha das águas residuais, incluindo os efluentes das lavagens dos equipamentos. Seleccionar empresas devidamente certificadas pelas autoridades competentes, para a gestão de efluentes. Antes de serem descarregados no meio receptor, os efluentes devem ser tratados sempre que possível e se disponível, de forma a cumprir os critérios mínimos de qualidade estabelecidos pelas directrizes nacionais sobre qualidade de efluentes e tratamento de águas residuais. Determinar áreas menos sensíveis em termos de erosão e sensibilidade da biodiversidade para o lançamento de efluentes residuais produzidos na fazenda. após tratamento. Esta descarga apenas poderá ser efetuada em local indicado pelas autoridades relevantes e após a sua aprovação pelas mesmas. 	Proponente com apoio técnico do TSP
Qualidade do ar	<p>Funcionamento dos equipamentos e geradores de energia a diesel Preparação de terras de agricultura durante a época seca. Construção de infra- estruturas físicas como armazém e escritório Gestão inadequada de resíduos</p>	<p>Degradação da qualidade do ar Geração de ruídos e poeiras Emissões de fumos</p>	<ul style="list-style-type: none"> Uso de máscaras em caso de poeiras. Fornecer aos trabalhadores equipamentos de protecção individual (EPI) adequados. Capacitar o pessoal para o manuseio adequado de produtos químicos Ações de reutilização e redução de resíduos (conforme o plano de gestão de resíduos). Cultura de separação dos resíduos perigosos e não perigosos Evitar a selecção de áreas com elevados valores de biodiversidade, tais como habitats críticos ou naturais, zonas com altos valores de conservação. Aproveitamento dos resíduos como fertilizantes de forma menos impactante (incorporação do solo) 	Proponente com apoio técnico do TSP



MINAGRIF/PDAC



Aspecto ambiental/Social	Actividades/Riscos	Impacto	Medidas de Mitigação	Responsabilidade
			<ul style="list-style-type: none"> • Correcto manuseio dos sistemas de tratamento de água para que estes não sejam fontes de emissão de gases e odores 	
Gestão de resíduos	Gestão inadequada de resíduos (resíduos de construção, os recipientes dos pesticidas, pesticidas obsoletos e as respectivas embalagens, produtos de limpeza. Limpeza do terreno para preparação de parcelas agrícolas da fazenda	<ul style="list-style-type: none"> • Poluição atmosférica • Contaminação dos solos e da água • Exposição a produtos tóxicos • Contaminação do solo e da água e degradação da paisagem • Potencial de poluir as águas superficiais e o lençol freático (amónia e nitratos). (Efeitos sobre a qualidade da água) 	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar que todas as embalagens de pesticidas e herbicidas são recolhidas do campo após o seu uso, devem ser feitos a tripla lavagem das embalagens e as águas resultantes devem ser despejadas numa fossa séptica e as embalagens cortadas em pedaços pequenos e estar devidamente armazenados num local a mais de 50 m do local de frequência dos trabalhadores até o descarte final. • Os resíduos perigosos, sempre que forem gerados, devem ser colocados num recipiente estanque para evitar derrames e lixiviação e ser controlados e manuseados de modo a não colocar em perigo o ambiente a as pessoas. • Não queimar embalagens, plásticos, ou outros resíduos sólidos; • Descartar os resíduos em locais apropriados para a sua eliminação ou reciclagem (conforme o plano de gestão de resíduos). • Os resíduos de palha podem ser reciclados e incorporados no solo para reposição de nutrientes. • Criar um sistema de recolha de resíduos de pesticidas e herbicidas após o uso e de forma adequada armazenado até a Deposição final (acções de fiscalização no campo). • Fornecer treinamento e orientação aos trabalhadores sobre gestão de resíduos. • Assegurar que os resíduos não sejam queimados. • Os resíduos orgânicos (restos de alimentos) serão reciclados para a alimentação dos animais da fazenda. • Realizar a manutenção de equipamentos e maquinaria em locais apropriados e impermeabilizados. Os resíduos resultantes desse processo devem ser devidamente armazenados e encaminhados para local apropriado de deposição final para a proteção do solo. • Identificar os locais adequados para o depósito de entulho e materiais sobrantes resultantes do processo de construção (pavimentação). 	Proponente com apoio técnico do TSP
Aspecto Social				
Saúde e segurança Ocupacional	Manuseio de máquinas e substâncias químicas perigosas	<ul style="list-style-type: none"> • Riscos operacionais e no local de trabalho • Risco de impactar a saúde dos operários e comunidades locais durante a operação do projecto 	<ul style="list-style-type: none"> • Educar os agricultores para que adoptem boas práticas com base nas técnicas de manuseio de pragas, • Não uso de pesticidas químicos a menos que seja recomendado pelos técnicos autorizados • Usar vestuário de protecção apropriado, tais como: camisa de mangas compridas, calças compridas, chapéu, luvas e botas; 	Proponente com apoio técnico do TSP



MINAGRIF/PDAC



Aspecto ambiental/Social	Actividades/Riscos	Impacto	Medidas de Mitigação	Responsabilidade
		<ul style="list-style-type: none"> Riscos de acidentes no local de trabalho como queimaduras, alergias aos inseticidas entre outros 	<ul style="list-style-type: none"> Manter no local material para prestar os primeiros socorros (por exemplo: soro antiveneno). o pessoal treinado deve estar disponível para os procedimentos de evacuação de emergência (conforme os planos de emergência) Implementação de um Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional (PHSST); Garantir o abastecimento de água adequado para responder ao consumo dos trabalhadores. A sinalização adequada dos locais para informar os trabalhadores sobre as principais regras e regulamentos a seguir. Assegurar a implementação de medidas de preparação e resposta a emergências. 	
Contratação de mão-de-obra	Salários baixos ou insuficientes	insatisfação dos trabalhadores, probabilidade de haver greve ou paragem dos trabalhos na fazenda.	Cumprir com o salario mínimo estipulado na LGT	Proponente com apoio técnico do TSP
	Trabalho infantil	Exacerbação da pobreza e crescente número de crianças sem educação Aumento do número de casos de doenças ocupacionais e redução da idade de expectativa de vida.	<ul style="list-style-type: none"> Sensibilização a não levar as crianças aos campos de cultivo aos trabalhadores eventuais e efectivos, abordar durante as formações de palestras com os trabalhadores, bem-estar das crianças, cuidados básicos a ter com as crianças aos períodos laborais (ex.: protegê-las do sol e de riscos específicos nos locais de trabalho, no contacto com os animais, etc) e assegurar o uso de água potável com as crianças durante o horário de trabalho; Sensibilização a aderência à escola; Criar um espaço comunitário e contratar uma educadora para acompanhar as crianças enquanto os pais estão no campo. 	Proponente com apoio técnico do TSP
	Assédio verbal e físico; Assédio sexual (AS), Exploração e Abuso sexual (EAS) e risco de EAS/AS sobre as comunidades envolventes ou entre o pessoal profissional no ambiente de trabalho.	Pouca produtividade dos trabalhadores e aumento de stress no seio dos mesmos. Perca da autoestima; Depressão; Perturbações de memória; Trauma físico e ou psicológico sobre a vítima; Conflito com a comunidade envolvente; Perda de trabalho do trabalhador.	<ul style="list-style-type: none"> Aplicar o Código de Conduta a todas empresas subcontratadas e aos trabalhadores do subprojecto, que proíbe actos EAS/AS e contacto sexual com os menores de 18 anos e outras condutas exigidas para assegurar as boas relações no trabalho e na comunidade envolvente sancionando em caso de incumprimento; Garantir o treinamento periódico dos trabalhadores sobre questões relacionadas à VBG/EAS/AS, suas obrigações e comportamentos proibidos estipulados no CdC; Todos trabalhadores (homens e mulheres) devem assinar o CdC Assegurar que os espaços e instalações sanitárias no site são separados por género, seguros e bem iluminados; 	Proponente com apoio técnico do TSP



MINAGRIF/PDAC



Aspecto ambiental/Social	Actividades/Riscos	Impacto	Medidas de Mitigação	Responsabilidade
			<ul style="list-style-type: none"> Garantir que os procedimentos de implementação integrem os princípios de igualdade de género; Sensibilizar os trabalhadores e a comunidade envolvente sobre a temática de EAS/AS Treinamentos periódicos dos preponentes e trabalhadores sobre a temática e o conteúdo dos CdC e MSGR (palestras, formação, encontros com as comunidades vizinhas); Consultas independentes das mulheres nas comunidades afectadas e interessadas Implementação do MSGR, sensibilização das comunidades e trabalhadores Promover igualdade de oportunidades para ambos sexos; Garantir que a prática de assédio no subprojecto seja inaceitável e em alguns casos culmine ao despedimento; Accionar imediatamente o Mecanismo de Sugestão e Gestão de Reclamações (MSGR) do PDAC em caso de incidente ou acidente relacionado com o subprojecto. Garantir que informações sobre como denunciar casos de VBG/EAS/AS sejam disseminados nas comunidades envolventes. Não deve haver compensação económica à vítima , e isso não deve ser encorajado para a empresa 	
	Cargas horarias excessivas e perpetuação do ciclo de pobreza para trabalhadores (que também podem levar ao trabalho infantil) Contratação de mão- de – obra permanente e eventual	Fadiga do trabalhador, provocando mais número de lesões e doenças Perpetuação do ciclo de pobreza para trabalhadores (que também podem levar ao trabalho infantil) Falta de proteção social dentro da fazenda	<ul style="list-style-type: none"> Sensibilizar os proponentes e trabalhadores sobre questões laborais, Cumprir com as orientações da legislação nacional sobre a carga horária dos trabalhadores. Elaborar contratos de trabalho conforme a LGT 	Proponente com apoio técnico do TSP
	Criação de novos postos de trabalho	Oportunidades de emprego e melhoria do rendimento familiar	Sempre que possível, tendo em conta às necessidades e a qualificação da mão-de-obra, dar preferência à população local e da envolvente em termos de emprego, com vista à redução dos níveis de desemprego local.	Proponente com apoio técnico do TSP
	Alojamentos inseguros e anti-higiénicos para os trabalhadores	Saúde enfraquecida do trabalhador	Garantir instalações apropriadas aos seus trabalhadores que incluem o ambiente físico, a saúde e as precauções de segurança, além do acesso a instalações sanitárias de acordo as recomendações da IFC	Proponente com apoio técnico do TSP
Afetação/deslocamento de activos económicos/físicos	Exploração de novas áreas agrícolas dentro da Fazenda	Deslocamento económico/físico (se se verificarem lavras ou habitação de população, ainda que informal,	<ul style="list-style-type: none"> Com o acompanhamento da equipa da TSP (e supervisão da equipa PDAC): - Identificar e cadastrar as Partes Afectadas pelo Projecto, - Analisar a dimensão dos danos e o número de PAP, 	Proponente com o apoio técnico do TSP e equipa PDAC



MINAGRIF/PDAC



Aspecto ambiental/Social	Actividades/Riscos	Impacto	Medidas de Mitigação	Responsabilidade
	Transporte de materiais e inertes para as obras de reabilitação	nas áreas agrícolas que serão exploradas pelo subprojecto); Afetação de activos económicos nas vias de acesso à Fazenda durante o transporte de materiais e inertes para as obras de reabilitação.	- Nos casos dos danos pontuais/pequena dimensão, negociar medidas de compensação proporcionais (de valor equivalente ou superior) directamente com as PAP, - nos casos de danos significativos analisar com a equipa da TSP e PDAC a necessidade de desenvolver e implementar um PAR proporcional aos danos.	



MINAGRIF/PDAC



6 PROGRAMAS DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL

Esta secção inclui os programas de gestão definidos para o presente subprojecto, nomeadamente:

- Plano de Gestão de Resíduos e Efluentes;
- Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional;
- Plano de Atendimento às emergências
- Plano de fertilização e gestão de pragas e doenças
- Plano de prevenção da COVID-19
- Plano de Prevenção de EAS/AS
- Plano de implementação do MSGR
- Plano de envolvimento das partes interessadas
- Plano de Formação Ambiental e Social

6.1 Plano de Gestão de Resíduos e Efluentes

O âmbito do presente Plano de Gestão de Resíduos (PGR) restringe-se exclusivamente às actividades da Cooperativa Agro-Pecuária Mbanza Mussende R.L. Entende-se por gestão de resíduos todos os procedimentos a serem implementados de forma sistemática com vista a assegurar uma gestão ambientalmente segura, sustentável e racional dos resíduos. A gestão abrange a recolha, acondicionamento, armazenamento temporário, transporte interno e externo e destino final. O presente PGR engloba a gestão de resíduos não perigosos e resíduos perigosos.

O proponente deve separar os resíduos perigosos dos não perigosos, acondicionando-os e armazenando-os em função da sua natureza.

Tabela 13: Procedimentos de gestão dos resíduos

<p>Procedimentos operacionais para a gestão de resíduos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Os resíduos não perigosos, inertes como os resíduos de construção e/ou demolição não poderão ser descartados no reservatório de resíduos urbanos, devem ser dispostos em aterros de inertes; caso não seja possível, devem ser reaproveitados na construção; ✓ Os resíduos de embalagens de pesticidas e fertilizantes provenientes da actividade agrícola devem ser armazenados em recipientes adequados (reservatórios de resíduos) em local seguro e sinalizado e encaminhados ao aterro sanitário. Em caso de inexistência de aterros, estes resíduos não poderão ser reutilizados e/ou armazenados com os resíduos urbanos domésticos, por conterem substâncias perigosas, deste modo, devem-se criar medidas para o tratamento e destino final destes; ✓ Garantir a identificação dos recipientes/locais de armazenagem de resíduos; ✓ Assegurar e elaborar o registo das quantidades e local de disposição final dos resíduos.
<p>Procedimentos operacionais para a gestão de efluentes:</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ As águas residuais da construção e das instalações sanitárias não poderão ser escoadas para os cursos de água locais; ✓ Em caso de água contaminada com óleos e/ou combustíveis ou outros poluentes não poderão ser descarregadas para o sistema de drenagem local (caso exista), ou no meio hídrico próximo, e muito menos derramado no solo; ✓ Durante a fase de construção de infraestruturas, deve-se criar sistemas de escoamento de águas residuais com tratamento adequado.

Os resíduos sólidos poderão ser gerados em todas etapas do projecto, pré-construção, construção e implementação das actividades, os mais frequentes são apresentados na tabela a seguir: neste âmbito, são apresentadas medidas específicas de gestão que garantem que os resíduos gerados não produzam efeitos ambientais negativos sobre os solos, a água ou a atmosfera. A gestão de resíduos é também importante para



MINAGRIF/PDAC



não comprometer a saúde pública das comunidades locais e dos trabalhadores, e para evitar a proliferação de pragas.

Tabela 14: Tipos de resíduos, locais de produção, danos e acções

Resíduos	Código LAR	Classificação	Local de produção	Tipo de acondicionamento proposto	Acções	Responsabilidade
Vidro	20 01 21	Não Perigosos	Armazém e alojamento	Coletor de plástico	Reciclar os resíduos e outros materiais orgânicos deixando os materiais no local	Proponente
Plásticos	20 01 39	Não Perigosos	Armazém e alojamento			
Papel	20 01 01	Não Perigosos	Armazém e alojamento			
Cartão	20 01 39	Não Perigosos	Armazém e alojamento			
Madeiras	20 01 38	Não Perigosos	Obra e resto de cerca	Coletor de metal		Proponente
Resíduos de culturas (palhas, sabugos)	20 01 08	Não Perigosos	Área de produção agrícola		Compostagem (e espalhamento).	Proponente
Matéria orgânica	20 01 08	Não Perigosos	Cozinha	Coletor de plástico	Compostagem (e espalhamento).	Proponente
Embalagens de pesticidas e fertilizantes,	15 01 10	Perigoso	Armazém	Coletor de plástico	<ul style="list-style-type: none"> • Lavar bem as embalagens • Cortar e fazer furos para torná-las inutilizáveis •Levar a embalagem a um lugar apropriado 	Proponente
Resíduos de construção de infraestruturas (materiais de construção, pedras, madeira, betão, mistura de metais, etc)	17 01 01 / 17 01 02 / 17 02 01 / 17 04 07	Perigoso	Reabilitação de armazém de 242 m ²	Coletores de metal ou por cima de uma Lona de forma a proteger o solo	Os Resíduos de construção e demolição devem ser armazenados em local apropriado e separados de outros resíduos. Devem ser reciclados para a cobertura de estradas e caminhos dentro da fazenda	Proponente
Óleos de cozinha usados	20 01 25	Não Perigosos	Actividades domésticas	Coletor de plástico	Obtenção do sabão (para lavagem de roupa)	Proponente
filtros de óleo, óleo lubrificante usado ou contaminado/ Outros óleos de motores, transmissões e lubrificação.	16 01 07/ 13 02 08	Perigoso	Área de manutenção dos equipamentos	Tambores metálicos	Não existem empresas de recolha e tratamento destes resíduos em Malanje, deste modo, recomenda-se que o proponente entre em contacto com oficinas de reparação e manutenção de veículos próximas para a recolha destes materiais.	Proponente
Combustíveis	13 07 03	Perigoso	Manutenção e abastecimento dos geradores	Tambores metálicos	Realizar a manutenção de equipamentos e	Proponente



MINAGRIF/PDAC



			(Áreas dos geradores)		maquinaria em locais apropriados e impermeabilizados. Os resíduos resultantes desse processo devem ser devidamente armazenados e encaminhados para local apropriado de deposição final para a proteção do solo.	
Pilhas alcalinas	20 01 33	Perigoso	Área administrativa; Alojamento; Armazéns.	Caixas (plástico) de armazenamento de pilhas usadas	Não existem empresas de recolha e tratamento destes resíduos em Cuanza Sul, deste modo, recomenda-se que o proponente entre em contacto com empresa de recolha de pilhas.	Proponente
Acções de Acompanhamento e Verificação						
Fiscalizar a recolha e o armazenamento temporário dos resíduos de forma a prevenir ou minimizar os aspectos ambientais que poderão causar impactos ambientais negativos; Inspeccionar visual e periodicamente os pontos de disposição de resíduos perigosos e não perigosos para a verificação da manutenção da qualidade do solo e das águas, anterior a estas actividades; Registo do volume de resíduos e das suas condições de transporte e deposição.						
Acções de Minimização						
Identificar e implementar continuamente alternativas de minimização de geração de resíduos. Sempre que uma acção de minimização for implementada, o inventário e o banco de dados deverão ser actualizados por meio de relatório anual específico; Após a minimização, proceder à identificação de alternativas de reutilização interna dos resíduos, considerando-se o transporte e a viabilidade técnica e económica desse resíduo; Garantir que as áreas de armazenamento e manuseamento de resíduos, após a sua separação, principalmente dos resíduos perigosos, estarão protegidas e devidamente sinalizadas, para evitar acidentes.						
Acções de Controlo						
Realizar um inventário de resíduos e produtos perigosos a serem gerados nas diversas fases do projecto. O inventário deverá apontar os tipos de resíduos, as quantidades, a sua classificação e a forma de tratamento a ser adoptada para evitar danos no meio ambiente; Capacitar uma equipa de funcionários ou terceiros para realizar a classificação, separação, manuseamento e transporte dos resíduos;						
Responsabilidades						
O plano de Gestão de Resíduos e efluentes deverá ser implementado pela equipa técnica ambiental de responsabilidade da BRLi-Sirius, com papel de implementar as medidas de mitigação dos impactos, monitoria e verificação da eficácia das medidas, apresentar relatórios periódicos a equipa de salvaguardas ambientais do PDAC e capacitar os trabalhadores para a separação e tratamento dos resíduos. A equipa de salvaguardas ambientais do PDAC, tem a responsabilidade de monitorar e avaliar a eficácia do referido Plano de Gestão de resíduos.						

6.1.1 Cronograma de implementação do PGR

Tabela 15: Cronograma de implementação do PGR

Acções	Descrição das acções	Responsabilidades	Cronograma
Reciclar os resíduos e outros materiais orgânicos deixando os materiais no local	Compostagem (e espalhamento).	Proponente	Fim do ciclo de cada cultura
Prevenção e controle de potenciais impactos resíduos não agrícolas ou resíduos perigosos dos sistemas de produção (por exemplo, recipientes de pesticidas, resíduos, pesticidas e embalagens	Recolher do campo após o uso, todas as embalagens de pesticidas e herbicidas e armazenar devidamente até a disposição final. Não queimar embalagens, plásticos ou outros resíduos sólidos; Fazer a gestão dos resíduos sólidos de acordo com as Directrizes EHS;	Proponente com apoio do TSP BRLI/SIRIUS	Início da instalação das culturas



MINAGRIF/PDAC



	Utilizar grandes recipientes e/ou sistemas a granel para combustíveis, óleos, fertilizantes e produtos químicos para reduzir o volume de resíduos recipientes Examinar formulações e embalagens alternativas de produtos (por exemplo, material biodegradável). Gerir os pesticidas vencidos e indesejados como resíduos perigosos de acordo com Directrizes EHS e da FAO a Gestão de pequenas quantidades de pesticidas indesejados e Obsoletos.		
Capacitação/treinamento pessoal do	Realizar capacitação e treinamentos para os trabalhadores de modo a dar resposta ao uso correcto dos resíduos gerados dentro da fazenda	Proponente com o apoio do TSP BRL/SIRIUS	Final das instalações das culturas

6.2 Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional

O plano de Higiene, saúde e segurança ocupacional (PHSST), fornece directrizes para a protecção dos trabalhadores e da comunidade em geral. Serve para dotar os proponentes e os trabalhadores do projecto das medidas adequadas de segurança pessoal, dos riscos e danos que possam ocorrer durante as actividades da fazenda.

Tabela 16: Análise de risco

Actividade	Perigos/Riscos	Causas	Potenciais Consequências	Prevenção	Responsável
Preparação do solo	Exposição a ruído	Circulação da Máquinas e veículos agrícolas,	Dor de cabeça, desconcentração e estresse	Utilização de protectores auditivos	Proponente
	Riscos de acidentes	Má circulação da Máquinas e veículos agrícolas,	A falta de experiência para movimentação de máquinas e veículos agrícolas e agrotóxicos	Atropelamento Lesões corporais,	
	Inalação de substâncias químicas	A falta do uso de máscaras	Doenças respiratórias,	Usar máscaras durante o uso e preparo dos químicos	
	Poeiras	Má circulação da Máquinas e veículos agrícolas, falta do uso de máscaras,	Doenças respiratórias, Pneumonia	Usar máscaras durante a preparação do solo	
	Exposição ao sol	Calor	Dor de cabeça, Doenças dermatológicas (câncer de pele), desconcentração e estresse	Trabalhar em horários de menor incidência solar, usar os EPIs e protector solar	
	Picada de animais	Local de trabalho	Caimbra, inchaço, asfixia, óbito	Uso de bota de segurança até ao joelho. inspeção do local de trabalho; ter sempre um kit de primeiros socorros à disposição.	
Retirada do material em Stock no armazém (armazém de	Contacto com químicos, Falta de Arejamento, Inalação de substâncias químicas, outros riscos	A falta do uso de EPIs,	Doenças respiratórias,	O uso de EPI's apropriados as operações,	



MINAGRIF/PDAC



insumo e produção)	químicos, Problemas de visão, Abafamento	A falta do uso de máscaras, Maus posicionamentos, esforço excessivo, A falta de aberturas, janelas ou exaustores.	Lesões corporais, doenças articulares perda da visão, Problemas respiratórios, excesso de calor, asfixiamento	Iluminação devida da área de trabalho. Implementação de exaustores, Limpeza constante e organização da área.
Circulação na fazenda	Picadas de mosquitos	Local com acúmulo de água, resíduos orgânicos e/ou sólidos	Malária	Limpeza e arrumação da zona, uso de repelente, calças e camisetas com mangas longas.
Movimentação manual de cargas	Esforço físico	Sobrecarga de corpo	Lesões corporais, estresse Dores musculares	Alongamentos, intervalo para descanso durante os levantamentos

Tabela 17: Cronograma de acções e responsabilidades de PHSSO

Acções	Responsabilidades	Período de execução
Capacitar, instruir educar e sensibilizar os trabalhadores para o uso correcto do EPI no manuseio de substâncias perigosas;	Proponente com apoio do TSP BRLi-Sirius	No início do ciclo cultural e sempre que a situação o exigir
Garantir que as condições de trabalho e habitabilidade dos trabalhadores são salvaguardadas;	Proponente	No início de cada campanha agrícola
Colaborar na implementação do Plano de EAS/AS e o Plano de Ação para a implementação do MSGR e implementar o Plano de CP.	Proponente	Sempre que estes ocorrerem
Registar periodicamente do nº de acidentes e outras situações de perigo da vida humana	Proponente	Sempre que estes ocorrerem
Capacitação dos trabalhadores para identificação dos perigos e pronto atendimento a emergências;	Proponente e entidades locais da saúde	Semestralmente

6.3 Plano de atendimento às emergências da fazenda

O Plano de atendimento a emergências (PAE), estabelece as estratégias e os procedimentos que devem ser adoptados para o controle de situações emergenciais susceptíveis de ocorrer durante as actividades na Fazenda, com intuito de garantir a preservação da vida, redução dos danos, protecção das pessoas envolvidas no subprojecto e minimizar os impactos adversos.

Tem como principais objectivos:

- Preparação e organização dos meios e equipamentos adequados que garantam a protecção da vida em caso de acidentes e/ou outros perigos;
- Orientar e dirigir o atendimento a reais e eventuais emergências que possam ocorrer na Fazenda.

Tabela 18: Acções, responsabilidades e cronograma de implementação do PAE

Acções de Acompanhamento e Verificação	Responsabilidades	Emissão de relatórios e Avaliação de resultados	Cronograma de implementação
Identificação das principais actividades que possam provocar acidentes	Proponente com apoio das autoridades locais de saúde, serviços de protecção civil e bombeiros	Como instrumentos de acompanhamento e avaliação serão elaborados registos trimestrais de acidentes e emergências, um relatório de implementação e avaliação das directrizes estabelecidas. Este relatório será submetido	As acções de atendimento a emergências devem ser realizadas semanalmente.
Aquisição de equipamentos de segurança, combate a incêndio e contenção de produtos químicos (kits de primeiros socorros, EPI, kit de contenção)	Proponente Proponente com apoio do TSP e serviço de protecção civil e bombeiros		Registo diário de emergências Registo mensal de acções de simulação de emergência.



MINAGRIF/PDAC



de produtos químicos, rede de hidrantes e extintores);		ao PDAC no âmbito de acompanhamento do PGAS.	Os Treinamentos de emergência devem ser semestralmente e registados.
Organização de uma equipa de emergência;			
Colocação de sinalização de emergência em locais críticos e alarmes			
Comunicação e registo de emergência;			
Treinamento de pessoal			

6.3.1 Equipamentos de segurança, combate a incêndio e contenção de produtos químicos

A Fazenda deverá adquirir equipamentos de segurança, kits de combate a incêndios e contenção de produtos químicos. Estes são descritos na tabela a seguir:

Tabela 19: Equipamentos de segurança, kits de combate a incêndios e contenção de produtos químico

Equipamentos	Descrição
Kit de contenção de produtos químicos	Tambores para armazenamento toalhas, barreiras de contenção, esponjas, luvas de vaqueta, luvas de látex e óculos de segurança
Rede de hidrantes	Bomba de Incêndio
Extintores	Tipo CO2, Pó, Água
Kit de primeiros socorros	Caixa de primeiros socorros

6.3.2 Identificação de potenciais cenários e hipóteses acidentais

São identificados como potenciais cenários e hipóteses acidentais os itens constantes na tabela abaixo:

Tabela 20: Potenciais cenários de emergência

Cenários de Emergência	Produto	Local
Incêndio	Óleo lubrificante	Área de manutenção dos equipamentos
	Combustível gasolina	
	Combustível gasóleo	
	Queima de resíduos Queima de vegetação nativa	Área de produção agrícola
Derrames	Combustível gasóleo	Área de manutenção dos equipamentos
	Combustível gasolina	
	Óleo lubrificante	
Explosão	Reservatórios de gasóleo, gasolina, álcool e óleo lubrificante	Área de armazenamento de produtos
	Latas de tintas, vernizes e solventes.	

6.3.3 Procedimento de emergências

Os Primeiros socorros são intervenções que devem ser feitas de maneira rápida, logo após o acidente ou mal súbito, que visam a evitar o agravamento do problema até que um serviço especializado de atendimento chegue até o local.

Tabela 21: Procedimentos de emergências



MINAGRIF/PDAC



Procedimento de primeiros socorros em caso de picada de serpente:	Lavar a área da picada com água e sabão, colocar o acidentado em posição confortável, de preferência deixando a vítima deitada com a área afectada em um nível abaixo do coração e levar a vítima ao atendimento médico mais rápido;
Procedimento de primeiros socorros em caso de fraturas	O socorrista deve imobilizar a região acometida para evitar a movimentação dos fragmentos dos ossos lesionados;
Procedimento de primeiros socorros em caso de desmaio:	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ao presenciar um desmaio, algumas medidas podem ser tomadas, como deitar a vítima, afrouxar suas roupas, garantir que o ambiente fique arejado e elevar os membros inferiores. Caso a pessoa sinta a sensação de que irá desmaiar, essa pode ser orientada a se sentar e colocar a cabeça entre os joelhos ou então se deitar; ✓ Antes de qualquer procedimento de primeiro socorro, é importante que o socorrista tenha em mente a necessidade de: manter a calma; garantir que serviço de emergência seja chamado; ✓ Quando se dirigir ao local da ocorrência, os trabalhadores deverão levar: kit de materiais de emergência, EPI's e outros equipamentos caso necessário; ✓ Ao receber a comunicação de ocorrência, será necessário obter informações: horário e local da ocorrência, tipo de ocorrência (colisão) e dimensão da ocorrência (vazamento, vítimas, etc).
Procedimento com comunidade circunvizinha a fazenda	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Em caso de acidente se necessário, solicitar que os moradores evacuem das suas casas, para um local mais seguro (área externa), até normalizar a situação; ✓ Prestar as vítimas (intoxicação, queimadura, etc) acções de primeiro socorro; ✓ Se necessário, encaminhar as vítimas ao pronto-socorro, hospital, através da ambulância ou outro meio de transporte disponível;
Procedimento em caso de vazamento no refeitório (explosão e incêndio)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Accionar o Alarme de emergência ou despertar os trabalhadores com um equipamento (apito); ✓ Após acionar a emergência, todos os trabalhadores deverão dirigir-se o mais rápido possível para o ponto de encontro para receber as orientações do chefe da equipe; ✓ Fechar o registo de gás, caso necessário retirá-los para um local seguro; ✓ As vítimas retiradas do local da ocorrência, deverão ser assistidas pela equipe de apoio, providenciando os primeiros socorros e, se necessário, encaminhá-las ao hospital.

6.4 Plano de fertilização, gestão de pragas e doenças

O plano de fertilização, gestão de pragas e doenças deverá ser realizado obedecendo os procedimentos de gestão apresentados no registo de implementação do PGAS. Este plano serve de guia para as actividades agronómicas realizadas, que reflete o nível de intensidade da tecnologia aplicada pelo produtor e que lhe permite melhorar o processo de tomada de decisão para controlo de pragas e doenças e acompanhamento do uso de fertilizantes no solo.

Tabela 22: Acções, responsabilidades e cronograma de implementação do Plano de fertilização, gestão de pragas e doenças

Ação de controlo	Ação de acompanhamento e verificação	Responsável	Cronograma de implementação
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as pragas e doenças e nível de fertilização que afectam a cultura e orientar como identificá-los, quando agir e como intervir • Manter um registo com informações sobre todos os tratamentos realizados com produtos sintéticos e operações agronómicas que permitem o controlo de pragas, doenças e a fertilização de uma cultura para efeito de resultados. 	Registo periódico do uso de fertilizantes e gestão de pragas e doenças.	<ul style="list-style-type: none"> • A responsabilidade de implementação do plano de fertilização, gestão de pragas e doenças é do técnico Engenheiro Agrónomo. • A equipa técnica da BRLI - Sirius, tem a responsabilidade de orientar o uso do Registo de implementação do PGAS com acções de acompanhamento e verificação da eficácia do mesmo 	O registo de fertilização, pragas e doenças deve ser actualizado semanalmente.



MINAGRIF/PDAC



Tabela 23: Procedimento para armazenamento, manuseio, aplicação e deposição dos pesticidas

Procedimentos para o armazenamento	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Todos pesticidas devem ser armazenados em suas embalagens originais e devidamente rotuladas; as instruções de armazenamento devem ser rigorosamente seguidas (Assessoria a proponente). ✓ Kits de emergência para o controlo de derrames
Procedimentos para o manuseio	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Assessoria aos trabalhadores para o manuseio adequado de pesticidas seguindo as orientações do produto. ✓ Uso obrigatório de EPI durante a aplicação, manuseio e armazenamento de pesticidas. ✓ As actividades de mistura de pesticidas só poderão ser realizadas em zonas previamente designadas.
Procedimentos para a aplicação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Os pesticidas serão aplicados de forma mecanizada utilizando um pulverizador a jacto. ✓ Antes de qualquer aplicação, verificar o estado do equipamento e se está devidamente calibrado. ✓ Verificar sempre as condições meteorológicas antes da aplicação, deve-se evitar aplicações em tempo húmido e ventos fortes.
Procedimentos para a deposição	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Qualquer pesticida diluído não utilizado que não possa ser aplicado à cultura - junto com água de enxague e pesticidas desactualizados ou não mais aprovados - deve ser descartado como resíduo perigoso, de acordo com Directrizes da FAO. ✓ Recipientes de pesticidas vazios, lacres de alumínio e tampas devem ser enxaguados três vezes, e as lavagens usadas no tanque de pesticidas deve ser pulverizado de volta para o campo ou descartado como resíduo perigoso em uma maneira consistente com a FAO.

6.4.1 Uso e manuseio de pesticidas

Um plano de manuseio de pesticidas (PMP) que inclui procedimentos para a seleção, aquisição, armazenamento, manuseio e destruição final de todos os estoques desatualizados devem ser preparados de acordo com as diretrizes FAO.

O PMP prescreve o tipo de agrotóxico a ser utilizado, bem como a finalidade de seu uso e descreve as melhores práticas para a aquisição e armazenamento de todos os pesticidas. O pessoal deve ter treinamento apropriado, incluindo certificação, quando relevante para manusear e aplicar pesticidas com segurança. Em especial:

- Garantir que quaisquer pesticidas usados sejam fabricados, formulados, embalados, rotulados, manuseados, armazenados, descartados e aplicados de acordo com o Código Internacional de Conduta da FAO sobre Manuseio de Pesticidas;
- Não comprar, armazenar, usar ou negociar pesticidas que se enquadrem nas normas da Organização Mundial da Saúde (OMS) Classificação Recomendada de Pesticidas por Classes de Perigo 1a (extremamente perigoso) e 1b (altamente perigoso);
- Não usar pesticidas listados na Classe de Perigo II da OMS (moderadamente perigoso).

6.4.2 Fertilizantes

- Armazenar os fertilizantes em sua embalagem original e em um local dedicado que possa ser trancado e devidamente identificados com sinais, cujo acesso é limitado a pessoas autorizadas.
- Garantir que o SDS e os estoques estejam disponíveis nas instalações de armazenamento de fertilizantes e disponíveis para os primeiros respondedores quando necessário.
- Manter os estoques de fertilizantes separados de pesticidas e maquinário (por exemplo, combustíveis, ignição ou fontes).
- Conhecer e compreender as necessidades de fertilizantes de cada cultura e aplicar apenas o necessário, quando é necessária, para minimizar as perdas ao meio ambiente.
- Implementar um programa de treinamento adequado para o pessoal que está transportando, manuseando, carregando, armazenamento e aplicação de fertilizantes.



6.4.3 Riscos ambiental e de saúde ambiental, ocupacional e público associados ao uso de pesticidas

Os riscos de uso de pesticidas estão associados ao armazenamento, manuseio, transporte, aplicação descarte de embalagens vazias e pesticidas obsoletos. O uso de agroquímicos, especialmente os pesticidas, se não forem devidamente geridos, podem levar a sérias consequências para a Saúde Ambiental, Profissional e Pública. Os riscos ambientais e de saúde pública associados ao uso de agroquímicos são:

- Poluição de recursos hídricos e vida aquática.
- Acondicionamento impróprio e disposição de pesticidas por agricultores e auxiliares nos campos de produção nas lavras dos produtores.
- Impacto nas perdas pós-colheita devido a pragas
- Saúde e segurança geral dos agricultores (culturas e segurança pública)
- A modificação da flora microbiana do solo e do teor de resíduos de pesticidas no solo que podem causar poluição.
- Poluição do ar.
- Intoxicação e mortalidade da fauna, extinção ou proliferação de espécies ou grupos de espécies, quebra da cadeia alimentar e perda de biodiversidade.

Tabela 24: Causas e medidas de mitigação dos impactos negativos de pragas e uso de pesticidas, insecticidas

Impactos negativos de pragas e usos de pesticidas ameaças e riscos	Causas	Medidas de mitigação	Ferramentas de implementação	Resultados esperados	Indicadores de monitoria
Envenenamento da fauna, flora e humano	Eliminação inadequado de recipientes de pesticidas e dos pesticidas obsoletos após o uso, e a má disposição de venenos e inseticidas	Eliminar e destruir os recipientes de pesticidas após o uso Boa disposição de venenos e inseticidas Educação e treinamento Os agricultores adoptam Boas pratica agrícolas	Recipientes de pesticidas limpos, e plano de recolha disponível Adição de técnicas/ Abordagem PMP	Plano de limpeza e descarte de recipientes de pesticidas desenvolvido e implementados Agricultores treinados Em técnicas de PMP e boas praticas	Número de agricultores Treinados, registo de treinamento
Uso improprio de pesticidas pelos agricultores e seus auxiliares	Pessoal não treinado em técnicas de aplicação de pesticidas, uso de ETP inadequado	Controlo e supervisão Uso de pesticidas nas propriedades agrícolas	Adoção de abordagens técnicas MP Procedimentos de amostragem aleatória Para culturas e estabelecido limite de armazenamento de produtos químicos	Agricultores treinados em técnicas MP	Número de agricultores treinados, registos de treinamentos realizado
Saúde e segurança dos agricultores para culturas/danos ambientais	Necessidade de treinamento	Educar os agricultores para que adoptem BP as com base nas técnicas de MP, e não usem Pesticidas químicos a menos que seja recomendada o pelos técnicos autorizados	Técnicas de MP com ênfase em controlo cultural e biológico no controlo de pragas	Conformidade com política nacional de MIP e política do BM sobre pragas/gestão de pesticidas	agricultores treinados, em técnicas de MP, número de agricultores que implementam MP em suas lavras



MINAGRIF/PDAC



6.4.4 Cronograma de implementação do plano de gestão de pragas e doenças

Tabela 25: Cronograma de implementação do plano de gestão de pragas e doenças

Acções	Responsabilidade	Cronograma
Identificação e compreensão da espécie de pragas e tipos de doenças que ocorrem na região (Registo)	Engenheiro agrónomo e proponente	No início de cada ciclo cultural e semanalmente quando se justificar
Planeamento das acções de combate	Engenheiro agrónomo e proponente	No início de cada ciclo cultural e semanalmente quando se justificar
Preparação do local e dos Preparação do local e de outros meios preventivos e biológicos	Engenheiro agrónomo e proponente	No início de cada ciclo cultural e semanalmente quando se justificar
Implementação e avaliação dos métodos de controle (priorizando os físicos e biológicos)	Engenheiro agrónomo e proponente	No início de cada ciclo cultural e semanalmente quando se justificar
Avaliação e monitoramento do Manuseio Integrado de Pragas (Registo)	Engenheiro agrónomo e proponente	Devem ser emitidos trimestralmente, reportando resultados obtidos

6.5 Plano de prevenção da COVID-19

Tabela 26: Acções, responsabilidades e cronograma de implementação do plano de prevenção da COVID-19

Acções	Responsabilidade	Cronograma de implementação
Promover a lavagem regular e completa das mãos dos trabalhadores e visitantes durante 20 min, ou usar álcool em gel com frequência,	Proponente	Diariamente
É facultativa a utilização de máscaras faciais	Responsável da fazenda	Sempre que necessário
É recomendada a utilização de máscaras em lugares fechados como escritórios e armazéns	Responsável da fazenda	Sempre que necessário
É recomendada a todos trabalhadores a imunização por via da vacina	Proponente	Bimensal
Se for confirmado algum caso de COVID-19 entre os trabalhadores no local, visitantes devem ser impedidos de entrar no local e os grupos de trabalhadores devem ser isolados uns dos outros o máximo possível.	Proponente	Sempre que necessário
Desenvolva um plano de contingência e continuidade das operações da fazenda	Proponente/Autoridades locais da saúde	Mensalmente

As medidas para a prevenção da covid podem e serão actualizadas periodicamente. ou sempre tendo em conta a situação pandémica do país para garantir o cumprimento das recomendações das autoridades de saúde locais e nacionais e agências de saúde internacionalmente reconhecidas (p.ex., OMS).

6.6 Plano de prevenção de EAS/AS

Neste plano está salvaguardado questões relacionadas com princípios da dignidade da pessoa humana, cidadania, igualdade, moralidade, valores sociais e de livre iniciativa.

O Plano de Acção para a mitigação e resposta aos riscos e EAS/AS no PDAC apresenta os seguintes objectivos: (i) capacitar e sensibilizar funcionários e comunidades sobre os conceitos, riscos, e serviços disponíveis para vítimas de EAS/AS; (ii) assegurar a implementação de códigos de conduta adequados, para todos os funcionários vinculados ao projeto; (iii) implementar o MSGR com canais apropriados de denúncia e protocolos de registo e encaminhamento de incidentes EAS/AS, de acordo com os princípios-chave inerentes à atenção centrada sobre a sobrevivente.

As vítimas/ sobreviventes poderão considerar útil que o principal ponto de contacto para assistência seja feito por profissionais qualificados com bons conhecimentos de assistência a vítimas de EAS e VBG, e terem acompanhamentos e contar com apoio moral.



MINAGRIF/PDAC



O Plano também segue um conjunto de princípios que orientam o trabalho de todos - não importa sua função - em suas interações diretas ou indiretas com as(os) vítimas/sobreviventes de VBG/EAS/AS. Uma abordagem centrada na vítima visa criar um ambiente de apoio no qual os direitos de cada vítima sejam respeitados e no qual a pessoa seja tratada com dignidade e respeito. Estes princípios incluem:

SEGURANÇA: uma vítima/ sobrevivente que está relatando um incidente de violência geralmente corre um alto risco de sofrer mais violência. A segurança da vítima e de outras pessoas, como seus filhos, a sua família e as pessoas que a ajudaram, deve ser a prioridade número um para todos os atores. Revelar e partilhar informações relativas a incidentes de VBG/EAS/AS a pessoas que não estão envolvidas na resolução e na gestão do incidente expõe a vítima a uma violência adicional por parte do(s) perpetrador(es) ou de outras pessoas ao seu redor.

CONFIDENCIALIDADE E CONSENTIMENTO INFORMADO: A confidencialidade reflete a crença de que as pessoas têm o direito de escolher a quem contarão ou não sua história. Manter a confidencialidade significa não divulgar nenhuma informação a qualquer momento a nenhuma parte sem o consentimento informado da pessoa envolvida. Qualquer informação, incluindo informação anônima, sobre a história de uma vítima, só deve ser compartilhada com seu consentimento informado. O consentimento informado implica que, para ser capaz de consentir com as ações a serem tomadas a partir de sua denúncia, a vítima precisa compreender as opções e o que elas implicam. A vítima/ sobrevivente também pode mudar de opinião ao longo do processo, e seu desejo deve ser respeitado em todos os momentos. Portanto, o primeiro passo quando interagindo directamente com uma vítima/ sobrevivente é explicar as opções de encaminhamento de seu caso e em seguida conseguir seu consentimento escrito para dar seguimento ao caso.

AUTODETERMINAÇÃO E RESPEITO: Autodeterminação significa respeitar a dignidade, os desejos e as escolhas das vítimas/ sobreviventes e permitir que estejam no controle do processo ao decidir a quem contar e que acção tomar.

NÃO DISCRIMINAÇÃO: as vítimas/ sobreviventes devem receber tratamento igual e justo, independentemente de sua idade, sexo, raça, religião, nacionalidade, etnia, orientação sexual ou qualquer outra característica.

ACESSO A SERVIÇOS MULTISSETORIAIS DE QUALIDADE: Toda(o)s os denunciante(s) devem ser encaminhados a serviços de referência de saúde e legais de qualidade para imediatos cuidados físicos, psicossociais e jurídicos.

Dos objectivos previstos no plano de prevenção e resposta EAS/AS, o subprojecto irá focar-se em duas áreas estratégicas de intervenção, a partir das quais são organizados objectivos, acções a implementar, bem como os resultados esperados:

Área Estratégica I: Consciencialização e Educação

Tabela 27: Objectivos, acções e resultados da estratégia de intervenção

Objectivos	Acções	Resultados
Reduzir os riscos de ocorrência de EAS/AS e dos níveis de aceitação de VGB	Treinamentos periódicos (pelo menos semestralmente) dos proponentes e trabalhadores sobre a temática de CdC e EAS/AS (palestras de sensibilização e encontros com as comunidades vizinhas);	Trabalhadores e população das comunidades vizinhas informadas sobre a intolerância do subprojecto a práticas de EAS/AS. Aumento no nível de consciencialização e conhecimentos sobre VBG e especificamente sobre exploração, abuso e assédio sexual nos espaços



MINAGRIF/PDAC



	<p>Consultas independentes das mulheres nas comunidades afectadas e interessadas</p> <p>Disponibilização e divulgação do MSGR, sensibilização das comunidades e trabalhadores</p> <p>Assinatura do Termo de Compromisso pelo proponente durante o desenvolvimento do PN.</p> <p>Assinatura do Código de Conduta pela empresa e trabalhadores do projecto, e apresentação clara dos seus princípios norteadores sobre as questões relacionadas com as medidas de mitigação de EAS/AS logo após a aprovação e desembolso do PGAS</p>	<p>públicos e privados como uma violação dos direitos humanos</p> <p>Aumento do envolvimento de líderes comunitários e fazedores de opinião na educação pública para a redução dos riscos da EAS/AS nos espaços privados e públicos;</p> <p>Provisão das medidas disciplinares claras para situações de EAS/AS</p> <p>Empresa comprometida com a ausência de práticas EAS/AS pelos trabalhadores da fazenda desde o início do projecto de avaliação e aprovação do PN e ao longo da sua implementação.</p>
--	--	--

Área Estratégica II: Resposta à EAS

O objetivo é expandir e melhorar a resposta a incidentes à EAS/AS e garantir que deverá ser executado a implementação das acções previstas semestralmente ou quando necessário

Tabela 28: Objectivos, acções e resultados da estratégia de intervenção

Objectivos	Acções	Resultados
Expandir e melhorar a resposta à EAS/AS	<p>Palestras e sensibilização e reuniões informativas junto aos trabalhadores e comunidade envolvente sobre intolerância a práticas EAS/AS e meios de denúncia disponíveis;</p> <p>Aplicação das sanções previstas no CdC assinando pelos trabalhadores;</p> <p>Disponibilização do MSGR aos trabalhadores e comunidades envolventes perante um caso EAS/AS e informar imediatamente o PDAC/BM (em menos de 24h)</p> <p>Assinar o termo de confidencialidade e o sigilo sobre casos/incidentes EAS/AS que venham a registar-se</p> <p>Encaminhamento e acompanhamento das denúncias feitas pelos trabalhadores com a presença de um Assistente Social e outra pessoa fidedigna (PF e/ou especialista de VBG do PDAC) a serviços holísticos (saúde, psicossocial, legal),</p>	<p>Reclamações e denúncias registadas pelo MSGR, categorizadas e priorizadas;</p> <p>Casos/incidentes EAS/AS reportados em menos de 24h para o PDAC e BM;</p> <p>Termo assinado pelo representante da empresa/fazenda;</p> <p>Casos EAS/AS encaminhados a serviços holísticos (saúde, psicossocial, legal), por especialistas/entidades competentes;</p> <p>Abordagem centrada sobre a sobrevivente seguida e princípios inerentes implementados, incluindo o princípio de confidencialidade e sigilo assumido pela empresa/ fazenda.</p>

Como parte da estratégia de resposta a EAS/AS é fundamental assegurar a disponibilidade e o acesso a este mecanismo (MSGR) pelos trabalhadores e pelas comunidades vizinhas. O MSGR dá prevê um tratamento especial às questões relacionadas com a Exploração e Abuso Sexual (AEAS) e/ou Assédio Sexual (AS), que precisam ser tratadas de forma diferente de outros tipos de queixas, garantindo assim:

- Registo, categorização e priorização das reclamações;



MINAGRIF/PDAC



- Resolver as reclamações através da consulta a todas as partes interessadas;
- Informar aos interessados sobre as soluções encontradas;
- Encaminhar os casos não resolvidos as entidades competentes.

Em outros casos, deverá garantir também:

- Segurança,
- Cuidados médicos,
- Apoio psicossocial,
- Serviços jurídicos,
- Assistência material básica (para garantir meio de subsistência)
- Encaminhamento e acompanhamento com a presença de um Assistente Social ou outra pessoa fidedigna.
- Baseado sempre nos princípios estabelecidos no Código de Conduta como medida resposta a incidentes EAS/AS. após a aprovação do PGAS e seu desembolso.

O Proponente compromete-se a não tolerar a prática de EAS/AS pelos seus trabalhadores desde que assina o termo de compromisso para se candidatar ao financiamento do PDAC.

6.7 Plano de implementação do MSGR previsto pelo PDAC

O mecanismo de sugestão e gestão de reclamações já se encontra disponível e a funcionar.

Estão disponibilizados diferentes meios/ canais para recebimento das reclamações nomeadamente:

- Caixas de reclamações e formulários correspondentes que se encontram disponibilizadas nas administrações municipais e comunais onde os subprojectos do PDAC estão a ser implementados,
- Linhas telefónicas (935 834 494), endereços de email e endereços postais;
- Pontos focais para o MSGR do PDAC nas províncias de actuação, devidamente formados para o registo e encaminhamento das reclamações;
- O PDAC fornece os emails do projecto, dos Representantes Provinciais, representação provincial do Cuanza Sul (Gabinete Provincial do Cuanza Sul, [email: cuanzasul@pdac.ao](mailto:cuanzasul@pdac.ao)), [representação](#) provincial do Huambo (Gabinete do [Huambo](#), [email: huambo@pdac.ao](mailto:huambo@pdac.ao), [representação](#) Provincial da Huíla (Gabinete Provincial da Agricultura), [email: huila@pdac.ao](mailto:huila@pdac.ao) e dos especialistas ambientais e de riscos sociais e de género, bem como o endereço postal da UIP em Luanda.
- Website do PDAC (www.pdac.ao). Neste momento já está disponível no website, uma ferramenta do mecanismo, com um campo de preenchimento de formulários de reclamações ou sugestões. As reclamações feitas através da janela do MSGR existente no website, são reencaminhadas para os emails dos especialistas de comunicação, ambiente e riscos sociais e género. Para aceder ao formulário de reclamações, o utilizador deverá usar o seguinte link: <https://pdac.ao/sugestoes-e-reclamacoes/>

O MSGR do PDAC considera acções, ajustes e canais específicos para lidar com reclamações relacionadas com Exploração e Abuso Sexual (EAS) e Assédio Sexual (AS) que estão estruturados em 6 etapas, conforme descrição abaixo:

- Etapa 1 – Identificação de canais de entrada confiáveis
- Etapa 2 – Avaliação dos recursos disponíveis
- Etapa 3 - Desenvolver procedimentos operacionais padronizados
- Etapa 4 – Demonstrar o compromisso da UIP
- Etapa 5 – Designar claramente tarefas relacionadas a reclamações e formar a equipe
- Etapa 6 – Comunicação sobre o MSGR



MINAGRIF/PDAC



O MSGR está disponível para os trabalhadores do subprojecto, proprietários e todas partes que possam ser afectadas pelo mesmo. com procedimentos específicos para atender os casos de EAS/AS. Considerar a realização e formação de pontos focais para o registo e gestão de reclamações na fazenda com auxílio e orientação da UIP do PDAC e a colocação de uma caixa de reclamação na fazenda.

6.8 Plano de envolvimento das partes interessadas

O envolvimento das partes interessadas deve ser feito antes da elaboração do PGAS e ao longo da implementação do subprojecto para informar a comunidade sobre o projecto PDAC, o plano de negócio da fazenda e os impactos ambientais e sociais que podem advir na implementação do subprojecto.

Os planos de envolvimento das partes interessadas têm como objectivo:

- Identificar as principais partes interessadas afetadas e / ou capazes de influenciar o subprojecto e suas actividades;
- Desenvolver um processo de envolvimento de partes interessadas que dê aos interessados uma oportunidade de influenciar o planeamento do projecto;
- Estabelecer mecanismos formais de reclamação / resolução;
- Definir relatórios e formas de monitorização para garantir a eficácia da consulta pública e revisões periódicas com base nos resultados.
- Criar reuniões adequadas ao perfil dos grupos mais vulneráveis de uma comunidade de forma a garantir a sua participação no projecto.
- Disponibilidade imediata do MSGR com protocolo específico para o encaminhamento de casos EAS/AS, bem como a intolerância a práticas EAS/AS pelos trabalhadores/colaborados do projecto e subprojecto desde o momento em que os proponentes se candidatam ao financiamento

Tabela 29: Cronograma de implementação

Acções	Descrição	Responsabilidade	Cronograma
Palestras de sensibilização na fazenda sobre a violência laboral	A violência no local de trabalho definida como situações em que os trabalhadores sofrem insultos, ameaças, agressão ou quando são sujeitos a outros comportamentos ofensivos nas circunstâncias relativas ao seu trabalho, provocada por pessoas que pertencem e por pessoas que não pertencem à organização.	Proponente	Mensal
Palestra de sensibilização sobre o trabalho infantil	É todo o trabalho realizado por crianças com idade inferior a 15 anos de idade e que as impede de frequentar a escola e de ter um desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social pleno.	Proponente/Autoridades locais de protecção a criança	Semestral
Divulgação do MSGR;	Dar a conhecer a população do mecanismo as populações vulneráveis e toda a população	Proponente/TSP BRLi-Sirius	Semestral
Palestras de sensibilização e prevenção EAS/AS e VBG	Sensibilizar a população no geral a fazer denuncia as autoridades locais ou pelo mecanismo do PDAC como forma de prevenção e combate a este tipo de violência	TSP BRLi-Sirius/ Autoridades locais no ramo da reinserção social	Semestral
Palestra de prevenção a Covid 19 e as DST's	Formas de prevenção e tratamentos já existentes	TSP BRLi-Sirius/ profissional da área da saúde local	Trimestral
Prevenção das queimadas não autorizadas	A melhor forma de se combater este mal é moldar a consciência dos cidadãos para não queimar, mediante campanhas de sensibilização junto das comunidades vizinhas, autoridades tradicionais, escolas, sociedade civil e outras partes interessadas.	Proponente/ autoridades locais e TSP BRLi-Sirius	Início e fim de época



MINAGRIF/PDAC



6.9 Plano de formação ambiental e social

O objectivo deste plano é apresentar os principais temas e conteúdos programáticos, planeamento, para formação dos trabalhadores sobre Ambiente e Social, de forma a assegurar a sustentabilidade das acções de construção e operação, bem como salvaguardar a saúde e integridade física dos trabalhadores e colaboradores e outras áreas do projecto a serem de intervencionadas.

A formação é uma ferramenta indispensável para mudança de atitude e consciência. Geralmente as pessoas praticam o que sabem ou já viram, seja por via de formação ou experiência prática do dia-a-dia. É neste contexto que um plano de formação se justifica para atender as necessidades específicas de cada actividade, de forma a assegurar a gestão ambiental, e adopção de medidas e cuidados específicos de segurança dentro dos processos normais da operação, com o fim maior de proteger os trabalhadores.

Os conteúdos principais são os seguintes:

- Regras gerais de segurança;
- Uso de equipamentos de protecção colectiva e individual;
- Primeiros socorros;
- Planos de emergência;
- Combate a incêndios;
- Técnicas de investigação de incidentes;
- Legislação sobre Higiene e Segurança no Trabalho;
- Sinalização de Segurança;
- Segurança rodoviária;
- Plano de emergência;
- Prevenção de violência baseada no género;
- Mecanismo de sugestões e gestão de reclamações do PDAC (MSGR)

Tabela 30: Plano de formação Ambiental e Social

Nº	Tópico de Formação	Conteúdo Programático	Beneficiários	Responsável	Cronograma
Área temática de ambiente					
1	Acolhimento /sensibilização sobre as regras de preservação e conservação do ambiente.	✓ Regras gerais básicas de preservação e conservação do ambiente (em obra e áreas circundantes);	Todos os trabalhadores	Especialista ambiental da BRLI-Sirius	Trimestralmente Repetir sempre que houver novos trabalhadores
2	Prevenção e controle da poluição.	✓ Importância da limpeza do ambiente de trabalho; ✓ Prevenção e controle da erosão dos solos; ✓ Actividades/acções com risco de poluição da água e dos solos ✓ Gestão de resíduos sólidos: geração, acondicionamento, transporte e deposição final.	Todos os trabalhadores	Especialista ambiental e de saúde e segurança da BRLI-Sirius)	Trimestralmente
3	Prevenção e controlo do risco de substâncias perigosas, e acidentes ambientais.	✓ Regras de manuseamento e armazenamento de combustíveis, óleos e outras substâncias perigosas; ✓ Procedimentos de prevenção e actuação em caso de derrame	Todos os trabalhadores.	Especialista ambiental e de saúde e segurança da BRLI-Sirius	Trimestralmente



MINAGRIF/PDAC



Nº	Tópico de Formação	Conteúdo Programático	Beneficiários	Responsável	Cronograma
Área temática de ambiente					
		de substâncias perigosas; ✓ Procedimentos em caso de ocorrência de acidente ambiental.			
Área temática social					
1	Redução dos riscos da VBG-EAS-AS.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Conceito de violência baseada no género, exploração e abuso/assédio sexual; ✓ EAS/AS no trabalho e na interação com as comunidades envolventes. ✓ Funções e responsabilidades das partes interessadas; ✓ Procedimentos de reclamações para membros da comunidade. 	<p>Pontos focais e população da área do projecto.</p> <p>Todos os trabalhadores da fazenda.</p>	Especialista ambiental e social da BRLi-Sirius	Trimestralmente (refrescamento)
2	MSGR	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Objectivos e benefícios dos mecanismos de reclamação; ✓ Tipo e fluxo de apresentação e resolução de reclamações; ✓ Principais responsabilidades do pessoal-chave; ✓ Requisitos para ser ponto focal de recebimento de reclamações. 	<p>Pontos focais e população da área do projecto.</p> <p>Trabalhadores.</p>	Especialista ambiental e social da BRLi-Sirius	Trimestralmente (refrescamento)
3	Exploração e abuso sexual	✓ Práticas não toleradas.	Todos os trabalhadores	Especialista Social/ PDAC	Trimestralmente
4	Código de Conduta	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Princípios reguladores do código de conduta; ✓ Consequência de transgressão. 	Todos os trabalhadores	Especialista Social/ PDAC	Trimestralmente
Área temática Segurança					
1	Acolhimento /sensibilização sobre as regras de segurança e higiene.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Regras de segurança e potenciais riscos por actividade; ✓ Equipamentos de protecção colectiva (EPC) e individual (EPI); ✓ Procedimento em casos de emergência. 	Todos os trabalhadores da fazenda.	Especialista da BRLi-Sirius	<p>Sempre que necessário</p> <p>Trimestralmente</p>
2	Álcool: efeitos e consequências.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Risco e consequências do uso de álcool durante o trabalho; ✓ Norma interna de despistagem do consumo de álcool e respectivas, sanções. 	Todos os trabalhadores da fazenda.	Especialista da BRLi-Sirius	<p>Sempre que necessário</p> <p>Trimestralmente</p>
3	Prevenção e controlo de doenças.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Regras e meios de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (VIH/SIDA, sífilis, gonorreia); ✓ Regras de prevenção de doenças de veiculação 	Todos os trabalhadores	Especialista da BRLi-Sirius	Trimestralmente



MINAGRIF/PDAC



Área temática Segurança					
		<p>hídrica (malária, diarreia, cólera);</p> <p>✓ Medidas de prevenção e controlo da COVID-19.</p>			
4	Postura de trabalho e manipulação de cargas.	<p>✓ Factores de riscos associados à manipulação de cargas.</p> <p>✓ Lesões associadas à movimentação manual/mecânica de cargas.</p> <p>✓ Regras de segurança na condução de máquinas.</p> <p>✓ Medidas preventivas para minimizar riscos associados à manipulação de cargas.</p>	<p>Todos os trabalhadores</p> <p>Sessões pacífica para motoristas e operadores de máquinas.</p>	Especialista da BRLi-Sirius	<p>Quando tiver novos trabalhadores.</p> <p>Trimestralmente (refrescamento)</p>
5	Plano de emergência.	<p>✓ Procedimentos de evacuação;</p> <p>✓ Simulacro;</p> <p>✓ Prevenção e extinção de incêndio;</p> <p>✓ Primeiros socorros.</p>	Todos os trabalhadores.	Especialista da BRLi-Sirius e Protecção civil e bombeiros	<p>Quando tiver novos trabalhadores.</p> <p>Trimestralmente (refrescamento)</p>
6	Envolvimento das Partes Interessadas	✓ Informações sobre o Projecto e Subprojecto".	Todos os trabalhadores	Especialista da BRLi-Sirius	<p>Quando tiver novos trabalhadores.</p> <p>Trimestralmente (refrescamento)</p>

6.10 Relatórios de Monitorização Ambiental e Social

Durante o processo de implementação do projecto, serão realizados relatórios de monitorização ambiental, que serão reportados de forma abrangente a todas partes envolvidas. Os principais relatórios serão os seguintes:

- Relatório de implementação do PGAS do plano de negócios (Trimestral).
- Relatório de monitorização anual das actividades do subprojecto e eficiência das medidas de mitigação implementadas.
- Relatório sobre reclamações e não conformidades recebidas, responsabilidades em caso de não conformidades incluindo acções correctivas e consequências (quando for necessário).
- Relatórios sobre reclamações recebidas, pendentes e reparações das reclamações acordadas e propostas sobre a implementação do projecto, actividades previstas, reclamações sobre assédio físico ou sexual, emprego infantil ou forçado, entre outras reclamações. A responsabilidade deve ficar ao nível dos TSP, através de informe mensal produzido mensalmente sobre todas as reclamações registadas nas fazendas que acompanham e partilhado com o PF para o MSGR do PDAC.
- Relatório de monitorização Trimestral das condições de habitabilidade das acomodações dos trabalhadores.



MINAGRIF/PDAC



Com as recomendações e visitas que serão feitas pelos técnicos ambientais a fazenda de forma a ajudar a cumprir com as recomendações sugeridas (de forma a evitar não conformidades), o projecto prevê-se acções de formação e informações relevantes (como desenvolver panfletos, posters ou outros materiais para garantir que os trabalhadores agrícolas não qualificados entendam claramente e possam devem adoptar nas suas actividades diárias) para a melhoria da qualidade de vida e para a preservação do ambiente no local e na envolvente.

Tabela 31: Relatório de monitorização ambiental e social

Acções de monitorização	Responsabilidades	Indicadores	Não conformidades	Acções correctivas	Frequência de verificação
Preparação e implementação de um plano integrado de gestão de pragas e doenças	Proponente/Eng.º Agrónomo	Perdas não superiores a 10% por de incidência de pragas e doenças. Volume de produção/ha com perdas (inferiores ou iguais a 10%)	Volume de produção inferior a 4 toneladas/ha	Identificar estratégias de controlo preventivo e curativo manejava de forma inadequada (química, mecânica e cultural)	2x/campanha (a meio e ao final da campanha). No caso de controlo químico realiza-se sempre uma visita para monitorização dos resultados (entre 10 a 15 dias após aplicação).
Preparação e implementação de um plano de Gestão de Resíduos	Proponente	Cumprimento das actividades programadas no Plano de gestão de Resíduos (pelo menos 70%)	Que sejam realizadas menos de 70% das acções programadas no Plano de gestão de Resíduos	Identificar a causa do não cumprimento das acções previstas no PGR. Implementar acções correctivas para a próxima campanha.	Por campanha
Preparação e implementação de um Plano de Higiene, Saúde e Segurança ocupacional	Proponente	Cumprimento das actividades programadas no Plano de Higiene, Saúde e Segurança ocupacional (100%)	Que sejam realizadas 100% das acções programadas no Plano de Higiene, Saúde e Segurança ocupacional	Identificar a causa do não cumprimento das acções previstas no PHSS	Bimensal
Preparação e Implementação de um Plano de Atendimento a emergência	Proponente	Incidentes de resposta de emergência; Cumprimento das actividades programadas no Plano de Atendimento a emergência (100%)	Incapacidade de atendimento a emergência Que sejam realizadas 100% das acções programadas no Plano de Atendimento a emergência	Identificar a causa do não cumprimento das acções previstas no PAE	Bimensal
Preparação de um plano de monitorização das condições habitacionais e acomodações dos trabalhadores.	Proponente/ Técnico Responsável	Cumprimentos a 90% das diretrizes de acomodação para trabalhadores	Não cumprimento dos 90% das diretrizes de acomodação para trabalhadores definidos pela IFC/EBRD	Identificar a causa do não cumprimento das acções previstas do IFC/EBRD	Trimestral



MINAGRIF/PDAC



		definidos pela IFC/EBRD			
Monitorização da implementação das medidas de salvaguardas A&S constantes do PGAS (incluindo informação sobre as não conformidades, responsabilidades e acções correctivas)	Proponente/ Brl-Sirius	Cumprimento as Monitorização da implementação das medidas de salvaguardas A&S constantes do PGAS no Plano de Atendimento a emergência (100%)	Que sejam realizadas 100% as Monitorização da implementação das medidas de salvaguardas A&S constantes do PGAS	Identificar a causa do não cumprimento das acções previstas no PAE	Trimestral
Monitorização das condições de saneamento básico, disponibilidade de fontes de energia e de água para consumo	Proponente/ Técnico Responsável	Cumprimentos a 100% das condições de saneamento básico, disponibilidade de fontes de energia e de água para consumo definidas pela IFC/EBRD	Não cumprimento dos 100% das condições de saneamento básico, disponibilidade de fontes de energia e de água para consumo definidas pela IFC/EBRD	Identificar a causa do não cumprimento das acções previstas do IFC/EBRD	Realiza-se sempre uma visita para monitorização Semestral



MINAGRIF/PDAC



7 CUSTOS ESTIMADOS

Tabela 32: Estimativa de custos

Medidas	Custos (AOA)	Responsabilidade
Compra de mudas para Reflorestação da Fazenda e estabilizar as superfícies do solo expostas (eucaliptos, pinheiros cedros, acácias, leguminosas)	150 000,00 Kzs	Proponente
Kit de primeiros socorros	100 000,00 Kzs	Proponente
- Área de armazenamento temporário de resíduos (perigosos e não perigosos)	150 000,00 Kzs	Proponente
Contentores para separação de resíduos na fonte (grandes e pequenos)	50 000,00 Kzs	Proponente
Implementação de um Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional (PHSST)	150 000,00 Kzs	Proponente
Compra de vestuário de proteção apropriado, tais como: camisa de mangas compridas, calças compridas, chapéu, luvas e botas; manter no local material para prestar primeiros socorros e pessoal treinado deve estar disponível	100 000,00 Kzs	Proponente
Contratar alguém para cuidar dos filhos das trabalhadoras eventuais permitindo que as senhoras se ocupem nas actividades pelas quais foram recrutadas, afastando as crianças de participarem ao lado das suas mães nos trabalhos, catalogado como trabalho infantil.	100 000,00 Kzs	Proponente
Todos trabalhadores afectos ao PN deverão ter contratos de trabalho, salário mínimo assegurado segundo a Lei Geral do Trabalho.	100.000,00 Kzs	Proponente
Adopção de medidas de biossegurança, uso de máscaras no local de trabalho, lavagem das mãos com água e sabão, uso de álcool em gel	100 000,00	Proponente
TOTAL:	1.000.000,00 Kz	

Obs.: O limitado conhecimento das condições de propagação da Covid 19 pode aumentar o nível de contaminação na área do subprojecto e na comunidade



MINAGRIF/PDAC



8 ANEXOS

Anexo I: Relatório de envolvimento das partes interessadas

REUNIÃO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS DO SUBPROJECTO “COOPERATIVA AGRO-PECUÁRIA MBANZA MUSSENDE R.L.”

No dia 01 de Dezembro de 2022, por volta das 9 horas e 45 minutos a equipa deslocou-se para a **Fazenda Mbanza Mussende**, localizada no Município da Cela, ladeada a sul pelo Rio Mbuambua (Caudal permanente), para a realização duma reunião de envolvimento das partes interessadas ao subprojecto, para divulgação do Plano de Negócio e implementação do Plano de Gestão Ambiental e Social (a ser aprovado pelo banco mundial) do proponente **Sr. Cunha António (Presidente do Conselho de Direcção da Cooperativa)**.

A reunião teve lugar na aldeia em um jango e contou com a presença de 17 participantes, dos quais 15 homens e 2 mulheres (cooperados e habitantes do bairro Mbanza Mussende).

A referida reunião teve os seguintes objectivos:

Objectivo Geral:

Envolvimento das partes interessadas sobre o Planos de Gestão Ambiental e Social (PGAS) do Plano de Negócios a ser implementado num dos municípios onde o PDAC está a ser implementado na província do Cuanza Sul.

Objectivos específicos:

- Apresentação pública do PN tendo como referência o documento da Cooperativa Agro-Pecuária Mbanza Mussende;
- Permitir que as partes interessadas (promotores e público em geral) expressem as suas opiniões e preocupações relativamente às questões de salvaguardas ambientais e sociais e que estas sejam tidas em conta nos processos de tomada de decisão;
- Assegurar um tratamento especial aos grupos vulneráveis, como jovens, mulheres e meninas, que são potenciais vítimas de todo o tipo de discriminação e violência baseada no género.

Teve como agenda:

- Apresentação do projecto;
- Principais impactos ambientais e sociais;
- Apresentação do MSGR (Mecanismos de sugestões e Gestão de Reclamações);
- Apresentação das preocupações das partes interessadas e devidos esclarecimentos.
- disponibilidade imediata do MSGR com protocolo específico para o encaminhamento de casos EAS/AS, bem como a intolerância a práticas EAS/AS
- Diversos

Intervenientes

- Engenheiro Fernando Manuel -TSP BRLi/SIRIUS;
- Proponente;
- Pessoas interessadas



MINAGRIF/PDAC



O acto de abertura foi feito Pelo Eng.º Fernando Manuel do TSP BRLi – Sirius Técnico do BackOffice Província do Cuanza Sul. Falou de forma geral do principal objectivo do Projecto PDAC (Cofinanciamento, Beneficiários e Importância), principais impactos ambientais e sociais resultantes das actividades da fazenda, importância da preservação do meio ambiente e da biodiversidade no manuseio de agroquímicos, gestão dos resíduos sólidos, inscrição dos cooperados no regime de segurança social e relação com as comunidades e fazendas vizinhas.

Depois sucedeu espaço para intervenção dos participantes que resultaram em algumas questões importantes, a destacar:

- a) Porque é que todos os cooperados devem fazer parte do regime de segurança social?
- b) Quais são as consequências provocadas pelas queimadas florestais?

Após os participantes fazerem a exposição das suas preocupações houve uma sessão de esclarecimento das preocupações expostas:

- a) O instituto Nacional de Segurança Social é a entidade estatal que salvaguarda os direitos dos trabalhadores, quando estamos inscritos nos é descontado uma pequena percentagem do salário, para quando atingirmos uma certa idade e solicitarmos a reforma, passaremos a receber o dinheiro que nos foi descontado ao longo do tempo em que trabalharmos.

Têm 144 membros na cooperativa, onde apenas 2 estão inscritos no regime de segurança social. No ano passado não puderam pagar as suas contribuições, o que lhes gerou um valor de Ao 140.000,00 por pagar ao INSS. É necessário que regularizem a situação contributiva da Cooperativa e inscrevam os membros de formas que possam beneficiar do regime de segurado.

- b) A Cooperativa foi sensibilizada a evitar as queimadas, entretanto, neste momento é à medida que lhes tem facilitado, tanto nas limpezas do capim, como no trato dos resíduos.

Infelizmente esta actividade tem a sua finalidade na limpeza da vegetação ou preparo do solo, caça de animais, etc.

As queimadas apresentam diversas consequências tais como:

- Migração e morte de algumas espécies;
- Redução da fertilidade do solo;
- Poluição atmosférica;
- Aquecimento global;
- Efeito estufa intensificado;
- Diminuição da qualidade do ar causando problemas respiratórios, etc.

A reunião de consulta pública terminou por volta das 10 horas e 15 minutos, a satisfação dos participantes. No final tirou-se uma fotografia em família para registar o momento.



MINAGRIF/PDAC



Fotografias



Figura 5: Reunião de envolvimento com partes interessadas ao subprojecto



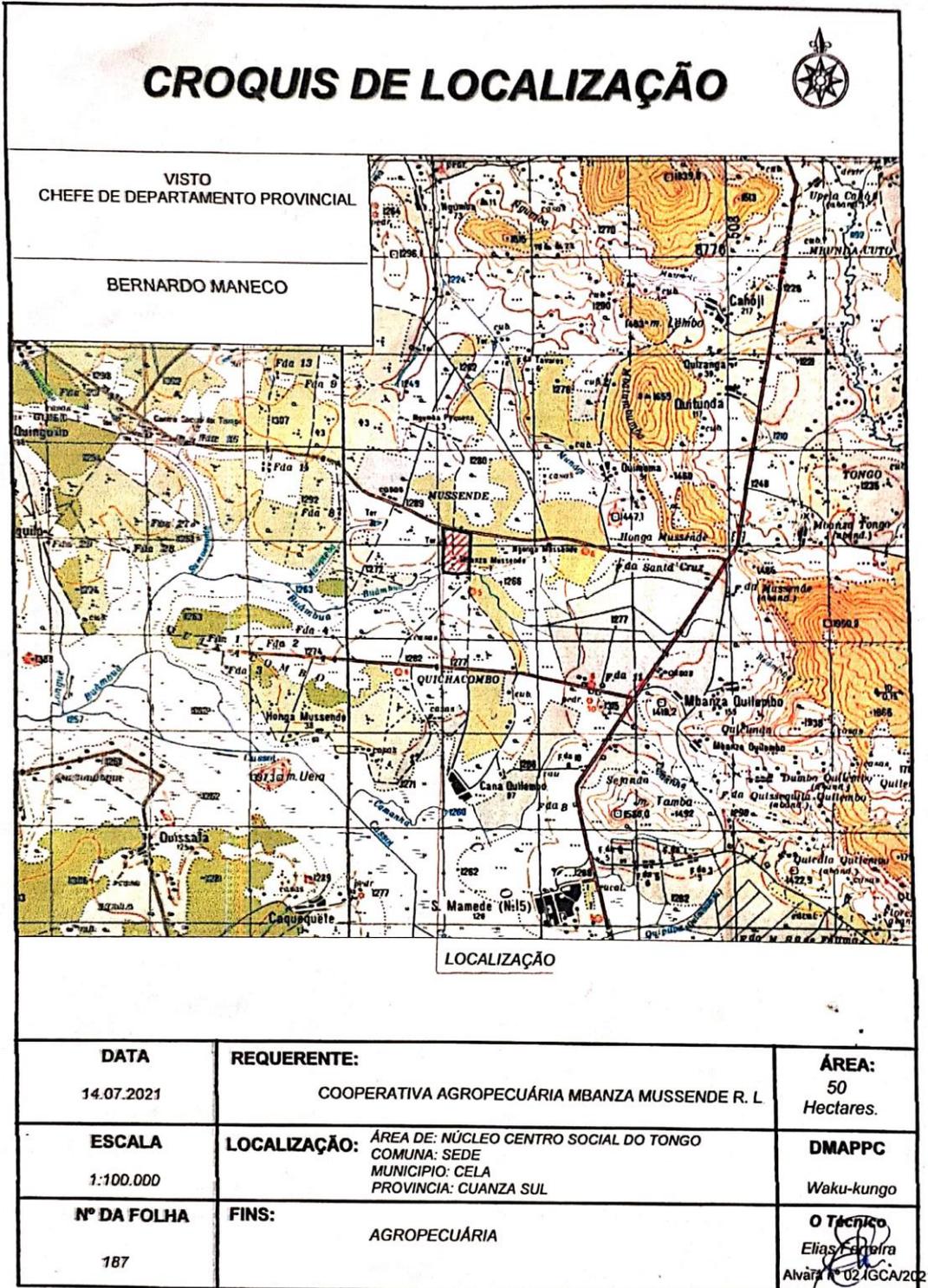
Figura 6: Membros da Cooperativa



MINAGRIF/PDAC



Anexo II: Croquis de Localização





MINAGRIF/PDAC



MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

A presente memória refere-se à parcela de terra ocupada pela COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MBANZA MUSSENDE R.L, representado pelo Sr. MAURÍCIO FONSECA - (Presidente) ocupa e pretende legalizar para fins Agro-Pecuária.

I- LOCALIZAÇÃO

A mesma localiza-se na área Mbanza Mussende afecto ao núcleo do centro social do Tongo, comuna de sede, município da caba Província do Cuanza Sul.

II- LIMITES

A mesma delimita-se de seguinte modo.

A Norte com a estrada que liga Mbanza Mussende ao Centro Social Cassange município do Ebo.

A Sul com o rio Mbuambua

A Este com a picada

O Oeste com o rio Fumba (Cooperativa Agrijovem)

III- SUPERFÍCIE

Foram levantados os pontos com GPS Garmin e calculados utilizando o Software Mapinfo Profissional Totalizando assim **50 hectares**, projectada na escala de 1: 100.000.

IV- PERIMETRO

A parcela possui um perímetro total de **2.953 metros**.

V- CARACTERÍSTICAS ECONÓMICAS

a) Tipo de vegetação

A parcela em referência é constituída por uma vegetação arbustiva de pequeno porte.



MINAGRIF/PDAC



b) Benfeitorias existentes

Dentro da parcela possui uma ruína de construção colonial.

Exploração projectada

A exploração esta projectada para fins Agro-pecuário

VI- CARACTERISTICAS JURÍDICAS

a) Referências ao perímetro

O perímetro da parcela de terreno apresenta a forma de um polígono irregular, este que ficou definido no regulamento técnico. As normas estabelecidas no Regulamento Geral de concessão de terrenos em vigor no País.

b) Direito de terceiros

Não existem direitos de terceiros, nem ocupação de nativos ou populares.

WAKU-KUNGO AOS 14 DE JULHO DE 2020

O TÉCNICO


Elias Manuel Ferreira



MINAGRIF/PDAC



Anexo III: Certidão da Cooperativa



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS
DIRECÇÃO NACIONAL DOS REGISTOS E DO NOTARIADO
CARTÓRIO NOTARIAL DA COMARCA DO HUAMBO-SIAC

CERTIDÃO

ACTO: ESCRITURA DA CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA DENOMINADA "COOPERATIVA AGRO-PECUÁRIA MBANZA MUSSENDE, R.L.", COM SEDE NO HUAMBO.

LIVRO N.º 13-B
FOLHAS: 87 A 89
DATA DA ESCRITURA: 22/01/2021



MINAGRIF/PDAC



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS
DIRECÇÃO NACIONAL DOS REGISTOS E DO NOTARIADO
CARTÓRIO NOTARIAL DA COMARCA DO HUAMBO-SIAC

CERTIDÃO

====CERTIFICO QUE DE FOLHAS OITENTA E SETE A FOLHAS OITENTA E NOVE, DO LIVRO DE NOTAS NÚMERO 13-B, PARA ESCRITURAS DIVERSAS ENCONTRA-SE EXARADA UMA ESCRITURA DO TEOR SEGUINTE: =====

===== No dia vinte e dois de Janeiro do ano de dois mil e vinte e um, nesta Cidade do Huambo e no Cartório Notarial da Comarca do Huambo-SIAC, a cargo de BENJAMIM SAKU LUMBWAMBWA, Licenciado em Direito, Notário do respectivo Cartório, compareceram como outorgantes: =====

===== PRIMEIRO: FONSECA AGUIAR MATIAS CULEMBE, de nacionalidade angolana, camponês, solteiro, maior, natural do Waku-Kungo, município da Cela, província do Cuanza Sul, onde reside habitualmente no município da Cela, bairro Banza Mussende, casa s/n.º, titular do Bilhete de Identidade n.º 001301174KS030, emitido pela Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal, em Luanda, aos vinte e dois de Abril de dois mil e quinze. =====

===== SEGUNDO: MANUEL ANTÓNIO MARTINS ERNESTO, de nacionalidade angolana, camponês, solteiro, maior, natural do Waku-Kungo, município da Cela, província do Cuanza Sul, onde reside habitualmente no município da Cela, bairro Banza Mussende, casa s/n.º, titular do Bilhete de Identidade n.º 008470654KS047, emitido pela Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal, em Luanda, aos quatro de Novembro de dois mil e dezasseis. =====

===== TERCEIRO: JOÃO MATIAS, de nacionalidade angolana, camponês, solteiro, maior, natural do Waku-Kungo, município da Cela, província do Cuanza Sul, onde reside habitualmente no município da Cela, bairro Kimema, casa s/n.º, titular do Bilhete de Identidade n.º 001654796KS039, emitido pela Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal, em Luanda, aos dezoito de Outubro de dois mil e dezasseis. =====

===== QUARTO: CUNHA ANTÓNIO, de nacionalidade angolana, camponês, solteiro, maior, natural do Waku-Kungo, município da Cela, província do Cuanza Sul, onde reside habitualmente no município da Cela, bairro Banza Mussende, casa s/n.º, titular do Bilhete de Identidade n.º 000559615KS036, emitido pela Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal, em Luanda, aos sete de Novembro de dois mil e dezasseis. =====

===== QUINTO: FERNANDO LEMOS, de nacionalidade angolana, camponês, solteiro, maior, natural do Waku-Kungo, município da Cela, província do Cuanza Sul, onde reside habitualmente no município da Cela, bairro Kimema, casa s/n.º, titular do Bilhete de Identidade n.º 004702945KS048, emitido pela Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal, em Luanda, aos vinte e seis de Outubro de dois mil e vinte. =====

===== SEXTO: BAPTISTA BRAGA, de nacionalidade angolana, camponês, solteiro, maior, natural do Waku-Kungo, município da Cela, província do Cuanza Sul, onde reside habitualmente no município da Cela, bairro Quimema, casa s/n.º, titular do Bilhete de Identidade n.º 004648091KS045, emitido pela Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal, em Luanda, aos vinte de Janeiro de dois mil e vinte. =====

===== SÉTIMO: ANTÓNIO MANDA BUMBA DE ALMEIDA, de nacionalidade angolana, camponês, solteiro, maior, natural do Waku-Kungo, município da Cela, província do Cuanza Sul,



onde reside habitualmente no município da Cela, bairro Banza Mussende, casa s/n.º, titular do Bilhete de Identidade n.º 020360631KS059, emitido pela Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal, em Luanda, aos cinco de Dezembro de dois mil e dezanove. =====
===== OITAVO: **MORAIS CELESTINO**, de nacionalidade angolana, camponês, solteiro, maior, natural de Mussende, província do Cuanza Sul, onde reside habitualmente no município da Cela, bairro Banza Mussende, casa s/n.º, titular do Bilhete de Identidade n.º 000681287KS039, emitido pela Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal, em Luanda, aos oito de Abril de dois mil e catorze. =====
===== NONO: **MAGALHÃES JOSÉ**, de nacionalidade angolana, camponês, solteiro, maior, natural do Waku-Kungo, município da Cela, província do Cuanza Sul, onde reside habitualmente no município da Cela, bairro Certeza, casa s/n.º, titular do Bilhete de Identidade n.º 000365353KS030, emitido pela Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal, em Luanda, aos oito de Julho de dois mil e quinze. =====
===== DÉCIMA: **LUCINDA VENTURA**, de nacionalidade angolana, camponesa, solteira, maior, natural do Waku-Kungo, município da Cela, província do Cuanza Sul, onde reside habitualmente no município da Cela, bairro Banza Mussende, casa s/n.º, titular do Bilhete de Identidade n.º 007914892KS048, emitido pela Direcção Nacional do Arquivo de Identificação Civil e Criminal, em Luanda, aos três de Novembro de dois mil e quinze. =====
===== Verifiquei a identidade dos outorgantes por exibição dos mencionados documentos, a qualidade e a suficiência de poderes para o acto pelo documento apresentado que no fim menciono e arquivo. =====
===== E por eles foi dito: =====
===== Que, pela presente escritura, usando dos poderes decorrentes da acta constituinte, datada de 22 de Setembro de 2020, é constituída uma Cooperativa denominada "COOPERATIVA AGRO-PECUÁRIA MBANZA MUSSENDE, R.L.", tem a sua sede na província do Cuanza Sul, município da Cela, comuna do Waku-Kungo, bairro Mbanza Mussende, casa s/n.º, com a duração por tempo indeterminado, o capital social da cooperativa é variável e ilimitado, no montante inicial de cem mil Kwanzas, constituído por títulos com valor numérico de dez mil Kwanzas, cada um, no total de dez títulos. =====
===== Que a Cooperativa tem por objecto social a agricultura, produção animal, caça e silvicultura, comércio por grosso e a retalho, indústria, pesca, exploração mineira e florestal, importação e exportação, podendo em geral dedicar-se a outras actividades com objecto diferente daquele que exerce, por si ou através da associação ou participação em sociedades, nos termos e amplitude permitidos por lei e mediante deliberação da Assembleia Geral. =====
===== Assim o disseram e outorgaram. =====
===== Instruem o acto: =====
a)- Certificado de admissibilidade passado pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais, em Luanda, aos 20 de Janeiro de 2021; b)- Acta da assembleia constituinte, datada de 22 de Setembro de 2020; c)- Documento complementar que atrás se fez alusão.
===== Aos outorgantes na presença dos mesmos, fiz em voz alta a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo advertência da obrigatoriedade do registo deste acto no prazo de noventa dias a contar de hoje. =====

(ASSINADOS)
FONSECA AGUIAR MATIAS CULEMBE
MANUEL ANTÓNIO MARTINS ERNESTO
JOÃO MATIAS
CUNHA ANTÓNIO
FERNANDO LEMOS
BAPTISTA BRAGA



MINAGRIF/PDAC



31
4

ANTÓNIO MANDA BUMBA DE ALMEIDA
MORAIS CELESTINO
MAGALHÃES JOSÉ
LUCINDA VENTURA

O Notário, Dr. BENJAMIM SAKU LUMBWAMBWA.

=====Conta registada sob o número 16, "Rubricado" B.S.LUMBWAMBWA.=====
=====NADA MAIS CONTÉM A MENCIONADA ESCRITURA QUE PARA AQUI FOI
FIELMENTE ESCRITA;=====
=====É CERTIDÃO DO TEOR COMPLETO QUE FIZ EXTRAIR E VAI CONFORME AO
ORIGINAL A QUE ME REPORTO.=====

Huambo, vinte e dois de Janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

O NOTÁRIO

BENJAMIM S LUMBWAMBWA

Art.º	22.º
EMOL	2.618,00
Cofre G. Justiça	
Selo de	
Selo de	
Taxa	
Art.º	
TOTAL	2.618,00
SÃO Benjamim Saku Lumbwambwa, Notário e Registo nº 16	
Conta Registada sob nº 16	



MINAGRIF/PDAC



Figura 7: Residências dos trabalhadores



Figura 8: Campo agrícola



Figura 9: Escola de campo da cooperativa



MINAGRIF/PDAC



Anexo V: Formulário de Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações - PDAC



**REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTA
GABINETE DE ESTUDOS PLANEAMENTO E ESTATÍSTICA
PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA COMERCIAL**

Formulário de Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações - PDAC		
	Dados de Preenchimento	Código da Reclamação: MSGR _____ / _____ <i>(coloque as iniciais da província / n° de reclamação)</i> Reclamação preenchida por Ponto Focal (PDAC) <input type="checkbox"/> Intermediário/ mediador <input type="checkbox"/> Auto-preenchimento <input type="checkbox"/>
1	Identificação do reclamante <i>(a pessoa pode optar por anonimato)</i>	Nome: _____ Idade: _____ H <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> Residência - Província: _____ Município: _____ Localidade: _____ Pessoa afectada: Trabalhador/a do PDAC/ Prestadores <input type="checkbox"/> Trabalhador/a Fazenda <input type="checkbox"/> Proponentes/ Gestores <input type="checkbox"/> Comunidade/moradores <input type="checkbox"/> Entidade (pública/privada) <input type="checkbox"/> Desejo manter-me anónimo: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> <i>(Se optar por anonimato, deixar indicação de um meio de contacto)</i>
2	Contactos	Telefone..... Email.....
3	Descrição da reclamação	O que aconteceu: <i>(descreva em detalhe a ocorrência, causas e danos causados)</i> Partes envolvidas no incidente: Onde aconteceu: <i>(indique detalhes sobre o local da ocorrência, município e província)</i> Quando aconteceu: ____/____/____
Assinatura do Reclamante:..... Atendido por:.....		
Data: ____/____/____		





MINAGRIF/PDAC



Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações - PDAC Recibo da Reclamação -	
Dados da Reclamação	Código da Reclamação: MSGR _____ / _____ <i>(coloque as iniciais da provincia / n° de reclamação)</i> Reclamação apresentada por: <i>(Nome do reclamante)</i> _____ Reclamação registada por: _____ Local onde foi registada/apresentada a reclamação: _____ Provincia: _____ Município: _____ Data de registo da reclamação: ____ / ____ / ____



MINAGRIF/PDAC



Anexo VI: Código de Conduta do PDAC



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTA
GABINETE DE ESTUDOS, PLANEAMENTO E ESTATÍSTICA
PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA COMERCIAL

CÓDIGO DE CONDUTA INDIVIDUAL

1. OBJETIVOS

O PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial, é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criada para auxiliar, proteger e contribuir na promoção de condições de Desenvolvimento sustentável participativo das populações mais pobres e/ou em situação de vulnerabilidade, através de Programas de combate à pobreza e estabilização económica.

O PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial intervém em zonas críticas que clamam por investimentos públicos, de modo a aumentar a oferta dos serviços sociais básicos e aliviar as carências a nível das comunidades.

O presente código de conduta tem como objectivo assegurar que todos os colaboradores envolvidos em Programas/Projectos implementados pelo PDAC assumam o compromisso de salvaguardar os valores, princípios éticos e normas de conduta adoptadas pela instituição, a serem preservados no seu relacionamento com as Administrações Municipais, empresas, prestadores de serviços, parceiros e a comunidade em geral, por via da observância de valores, princípios e práticas institucionais alicerçadas na: (i) aplicação das normas ambientais, sociais, de saúde e de segurança no trabalho (NASSS) do projecto e de saúde e segurança ocupacional (SSO); (ii) prevenção, reportagem e resposta a Violência Baseada no Género (VBG) e a Violência Contra Crianças (VCC) no local de trabalho, nas comunidades circundantes imediatas e nos municípios, bairros/aldeias alvo da intervenção do PDAC.

As diretrizes deste Código permitem avaliar e minimizar a subjetividade das interpretações pessoais sobre valores e princípios éticos, mas não detalham, necessariamente, todas as situações que possam surgir no dia-a-dia.

O PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial considera que o seu incumprimento do código de conduta na sua generalidade e, em particular a participação em actos de Violência Baseada no Género (VBG) ou Violência Contra Crianças, seja no local de trabalho, na sua envolvente ou nas comunidades circundantes, constitui um acto de conduta imprópria sujeito à aplicação de sanções que podem culminar na cessação do termo de compromisso/contrato. A denúncia à Polícia daquele(a)s que cometam actos de VBG ou VCC será realizada caso se justifique.

DEFINIÇÕES

No âmbito da aplicação do presente código de conduta tem-se em consideração as seguintes definições:

PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial: É uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial criada para auxiliar proteger e contribuir na promoção de condições de



MINAGRIF/PDAC



desenvolvimento sustentável participativo das populações mais pobres ou em condições de vulnerabilidade, através Programas de combate à pobreza e estabilização económica.

Normas de Ambientais, Sociais, Saúde e Segurança (NASSS): É um termo que abrange questões relacionadas com o impacto do projecto no ambiente, nas comunidades e nos trabalhadores.

Saúde e Segurança Ocupacional (SSO): A saúde e a segurança ocupacional foca-se na protecção da segurança, da saúde e do bem-estar dos trabalhadores. A fruição destes padrões ao mais alto nível é um direito humano básico que deve ser acessível a todos os trabalhadores.

Violência Baseada no Género (VBG): É um termo que engloba qualquer acto prejudicial que seja perpetrado contra a vontade de uma pessoa e que se **baseie em diferenças socialmente atribuídas (ou seja, género) entre homens e mulheres**. Inclui ameaças ou actos que inflijam danos físicos, sexuais ou mentais ou sofrimento, coacção e outras privações de liberdade. Estes actos podem ocorrer em público ou em privado. O termo VBG é usado para sublinhar a desigualdade sistémica entre homens e mulheres (que existe em todas as sociedades do mundo) e actua como uma característica unificadora e fundamental da maioria das formas de violência perpetradas contra mulheres e raparigas. A Declaração das Nações Unidas de 1993 sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres define a violência contra as mulheres como "qualquer acto de violência baseada no género que resulte ou seja susceptível de resultar em danos físicos, sexuais ou psicológicos ou sofrimento às mulheres".

Os seis tipos principais de VBG são:

- **Violação:** Penetração não consensual (ainda que ligeira) da vagina, ânus ou boca com o órgão sexual masculino, com outra parte do corpo ou um objecto.
- **Agressão Sexual:** Qualquer forma de contacto sexual não consensual que não resulte ou inclua penetração. Exemplos incluem: tentativa de violação, bem como beijos indesejados, acariciamentos ou toques de genitais e nádegas.

Assédio Sexual: São avanços sexuais indesejáveis, pedidos de favores sexuais e outras condutas verbais ou físicas de natureza sexual. O assédio sexual nem sempre é explícito ou óbvio, pode incluir actos implícitos e subtis, mas envolve sempre uma dinâmica de poder e género em que uma pessoa no poder usa a sua posição para assediar outra com base no seu género. A conduta sexual não é bem-vinda sempre que a pessoa sujeita a ela considera indesejável (por exemplo, olhar alguém de cima a baixo; beijar; uivar ou fazer sons inapropriados; andar à volta de alguém; assobiar; em alguns casos, dar presentes pessoais).

Favores Sexuais: É uma forma de assédio sexual e inclui fazer promessas de tratamento favorável (por exemplo, promoção) ou ameaças de tratamento desfavorável (por exemplo, perda de emprego) dependentes de actos sexuais — ou outras formas de comportamento humilhante, degradante ou explorador.

- **Agressão Física:** Um acto de violência física que não é de natureza sexual. Exemplos incluem: bater, dar estalos, sufocar, cortar, empurrar, queimar, disparar ou usar qualquer arma, ataques com ácidos ou actos que resultem em dor, desconforto, ferimentos ou morte.
- **Casamento Forçado:** O casamento de uma pessoa contra a sua vontade.
- **Negação de Recursos, Oportunidades ou Serviços:** Negação do legítimo acesso a recursos económicos/activos ou oportunidades de subsistência, educação, saúde ou



MINAGRIF/PDAC



outros serviços sociais (por exemplo, uma viúva impedida de receber uma herança, rendimentos retirados à força por um parceiro íntimo ou membro da família, uma mulher impedida de usar contraceptivos, uma rapariga impedida de frequentar a escola, etc.).

- **Abuso Psicológico/Emocional:** Acto de infligir dor ou lesão mental ou emocional. Exemplos incluem: ameaças de violência física ou sexual, intimidação, humilhação, isolamento forçado, perseguição, assédio, atenção indesejada, observações, gestos ou palavras escritas de natureza sexual e/ou ameaçadora, destruição de coisas acarinhadas, etc.

Violência Contra Crianças (VCC): É definido como danos físicos, sexuais, emocionais e/ou psicológicos, negligência ou tratamento negligente de crianças menores de 18 anos, incluindo a exposição a tais danos, que resultem em danos reais ou potenciais para a saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade da criança no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder. Isto inclui o uso de crianças para fins lucrativos, trabalho, gratificação sexual, ou alguma outra vantagem pessoal ou financeira. Isto também inclui outras actividades, como o uso de computadores, telemóveis, câmaras de vídeo e digitais ou qualquer outro meio para explorar ou assediar crianças ou aceder a pornografia infantil.

Aliciamento: São comportamentos que facilitam a procura de uma criança para actividade sexual. Por exemplo, um agressor pode construir uma relação de confiança com a criança, e depois procurar sexualizar essa relação (por exemplo, encorajando sentimentos românticos ou expondo a criança a conceitos sexuais através da pornografia). Este aliciamento pode ser feito presencialmente ou com recurso a dispositivos electrónicos.

Criança: Termo utilizado quando nos referimos a um «menor», isto é uma pessoa com menos de 18 anos de idade. Esta definição está em conformidade com o artigo 1º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

Consentimento: É a escolha informada subjacente à intenção livre e voluntária de um indivíduo, aceitação ou acordo para fazer algo. Não é considerado consentimento quando tal aceitação ou acordo é obtido através do uso de ameaças, força ou outras formas de coacção, rapto, fraude, engano ou deturpação. De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, o Banco Mundial considera que o consentimento não pode ser dado por crianças menores de 18 anos, mesmo que a legislação nacional do país em que o Código de Conduta é aplicado preveja uma idade inferior. A crença errada sobre a idade da criança e o consentimento da criança não é uma defesa.

3 Termo de compromisso

Eu _____ [*escrever o nome*], exercendo a função de _____ [*escrever a função*], na Província de _____, declaro que li o código de conduta da instituição e reconheço que é importante subscrever as normas ambientais, sociais, de saúde e segurança no trabalho (NASSS) e os requisitos de saúde e segurança ocupacional (SSO), bem como prevenir a Violência Baseada no Género (VBG) e a Violência Contra Crianças (VCC).

O PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial considera que o incumprimento do código de conduta, na sua generalidade, e, em particular a realização de actos de VBG ou VCC, seja no local de trabalho, na sua envolvente ou nas comunidades circundantes, constitui um acto de conduta imprópria, sujeito à aplicação de sanções que



MINAGRIF/PDAC



podem culminar na cessação do termo de compromisso/contrato. A denúncia à Polícia daquele(a)s que cometam actos de VBG ou VCC será realizada caso se justifique.

Concordo que enquanto estiver a trabalhar em projectos implementados pelo FAS:

1. Participarei nos cursos de formação relacionados com NASSS, SSO, VIH/SIDA, VBG e VCC, proporcionados pela instituição;
2. Usarei o meu equipamento de protecção individual (EPI) e de identificação sempre que estiver a trabalhar ou estiver envolvido em actividades relacionadas com Projectos e Programas do PDAC;
3. Não usarei trajes inadequados para o ambiente de trabalho;
4. Não farei uso de álcool durante o período de trabalho, nem de estupefacientes ou outras substâncias que possam prejudicar as minhas faculdades;
5. Autorizarei a verificação dos meus antecedentes criminais;
6. Tratarei as mulheres, crianças (pessoas com menos de 18 anos) e homens com respeito, independentemente da raça, cor, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional, étnica ou social, deficiência, nascimento ou outro estatuto;
7. Não usarei linguagem inapropriada ou terei comportamentos inapropriados, (assédio, abuso sexual) que sejam humilhantes ou culturalmente inapropriados com mulheres, crianças ou homens;
8. Não praticarei actos de assédio sexual, como sejam avanços sexuais indesejáveis, pedidos de favores sexuais e outras condutas verbais ou físicas de natureza sexual, incluindo actos subtis de tal comportamento (por exemplo, olhar alguém de cima abaixo; beijar, uivar ou emitir sons desapropriado; andar à volta de alguém; assobiar; dar presentes pessoais; fazer comentários sobre a vida sexual de alguém; etc.);
9. Não me envolverei em favores sexuais, por exemplo, fazer promessas ou tratamento favorável dependente de actos sexuais ou outras formas de comportamento humilhante, degradante ou explorador;
10. Não encetarei contactos sexuais ou actividade com beneficiário(a)s do Projecto, seus dependentes, incluindo o aliciamento, ou contacto através de meios digitais. A crença errada sobre a idade de uma criança não será considerada como defesa. O consentimento da criança também não poderá ser usado como defesa ou desculpa.
11. A menos que haja o consentimento total de todas as partes envolvidas, não terei interacções sexuais com membros das comunidades em que trabalho ou nas comunidades circundantes. Isto inclui relações que envolvam a retenção ou a promessa de prestação efectiva de benefícios (monetários ou não monetários) aos membros da comunidade em troca de sexo. Tal actividade sexual é considerada "não consensual" no âmbito do presente Código;
12. Denunciarei às instâncias superiores do PDAC quaisquer actos de VBG ou VCC suspeitos ou reais cometidos por um colega de trabalho, seja ele funcionário de base, com cargos de chefia, quer seja ou não do PDAC, ou quaisquer violações deste Código de Conduta;
13. Manterei informado o PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial sobre as questões que afectam as comunidades.

Sempre que realizar visitas domiciliares e tiver necessidade de me dirigir ou dialogar com crianças menores de 18 anos:

14. Certificar-me-ei que outro adulto está presente, enquanto estiver a trabalhar na proximidade das crianças;



MINAGRIF/PDAC



15. Não convidarei crianças desacompanhadas não relacionadas com a minha família para a minha casa, a não ser que estejam em risco imediato de ferimentos ou em perigo físico;
16. Não utilizarei computadores, telemóveis, câmaras de vídeo e digitais ou qualquer outro meio para explorar ou assediar crianças ou aceder a pornografia infantil (ver também "Uso de imagens infantis para fins de trabalho" abaixo);
17. Não aplicarei punição física ou disciplinar a crianças;
18. Abster-me-ei de contratar crianças com idade inferior a 14 anos ¹ (ou outra idade mais elevada que seja referida na legislação nacional) para realizar trabalho doméstico ou outro, ou qualquer trabalho que as coloque em risco significativo de lesão;
19. Cumprirei todas as disposições legais relevantes, incluindo as leis laborais em relação ao trabalho infantil, e as políticas de salvaguarda do Banco Mundial sobre o trabalho infantil e a idade mínima.
20. Terei os devidos cuidados ao fotografar ou filmar crianças para fins profissionais.

Utilização de Imagens Infantis para Fins Relacionados com o Trabalho

Ao fotografar ou filmar uma criança para fins relacionados com o trabalho, devo:

21. Antes de fotografar ou filmar uma criança, avaliar e esforçar-me por cumprir as tradições locais ou as restrições de reprodução de imagens pessoais;
22. Antes de fotografar ou filmar uma criança, obter o consentimento informado da criança e do seu progenitor ou tutor. Como parte disto, devo explicar como a fotografia ou filme será usado;
23. Garantir que fotografias, filmes, vídeos e DVDs apresentam as crianças de forma digna e respeitosa e não de forma vulnerável ou submissa. As crianças devem estar adequadamente vestidas e não estar em poses que possam ser consideradas como sexualmente sugestivas;
24. Certificar-me-ei que as imagens são representações honestas do contexto e dos factos;
25. Certificar-me-ei que as etiquetas de ficheiros digitais para envio por via electrónica não revelam informações sobre a identidade da criança.

Sanções

Entendo que se eu violar este Código de Conduta Individual, o meu empregador tomará medidas disciplinares que podem incluir:

1. Aviso informal.
2. Aviso formal.
3. Treino adicional.
4. Perda de até uma semana de subsídio.
5. Suspensão do emprego (sem pagamento de salário), por um período mínimo de 1 mês até um máximo de 6 meses.
6. Cessação do vínculo laboral/contratual.
7. Denúncia à polícia, se necessário. Abertura de processo-crime junto das entidades judiciais.

¹ Lei sobre a protecção e desenvolvimento integral da Criança (Lei nº 25/12)



MINAGRIF/PDAC



Compreendo que é minha responsabilidade assegurar que as normas ambientais, sociais, e de saúde e segurança sejam cumpridas. Que vou aderir ao plano de gestão da saúde e ocupacional. Que evitarei acções ou comportamentos que possam ser interpretados como VBG ou VCC. Tais acções serão uma violação deste Código de Conduta Individual. Reconheço, por este meio, que li o código de conduta individual acima, aceito cumprir as disposições nele contidas e compreendo as minhas funções e responsabilidades para prevenir e responder às questões ASSS, SSO, VBG e VCC. Compreendo que qualquer acção incompatível com este Código de Conduta Individual ou a ausência de acção mandatada por este Código de Conduta Individual pode resultar em acções disciplinares e podem afectar o meu actual e futuros empregos.

Assinatura: _____

Nome (letra de imprensa): _____

Função: _____

Data: _____



MINAGRIF/PDAC



Anexo VII. Avaliação dos impactes ambientais e sociais²

Tabela 33: Identificação e avaliação dos impactes ambientais e sociais

Aspecto ambiental/Social	Actividades/Riscos	Impacto	Avaliação																	
			Fase de Construção							Fase de Operação										
			N	A	M	P	D	R	S	GI	N	A	M	P	D	R	S	GI		
Solo	Actividades de reabilitação de uma residência de 247 m ²	Contaminação dos solos por derrame de combustíveis e lubrificantes	-																	
	Uso inadequado de fertilizantes	Produção Resíduos de Construção e demolição.																		
	Preparo inadequado do solo	Intrusão visual resultante do acúmulo de resíduos de construção civil																		
	Manutenção de máquinas e equipamentos causando derrame de combustíveis e lubrificantes	Descarte inadequado de resíduos																		
	Trocas inadequadas de combustíveis	Compactação do solo																		
	Uso de equipamentos (máquinas e gerador)	Supressão de vegetação																		
	Trocas inadequadas de combustíveis podem causar explosão e a exposição causar doenças respiratórias, doenças de pele.	Erosão do solo /Salinização no solo																		
		Redução da qualidade do solo reduzindo a taxa de infiltração e as características do solo																		
		Redução e/ou eliminação da biodiversidade																		
Recursos Hídricos	Má gestão de recursos hídricos	Perda da biodiversidade aquática																		
		Poluição das águas superficiais e subterrâneas derivadas do azoto proveniente		1	1	2	2	1	5	10			1	1	2	3	1	6		12

² Ver Tabela 13



MINAGRIF/PDAC



	<p>Actividades relacionadas Local de tratamento dos resíduos</p> <p>Supressão da vegetação e risco de erosão</p> <p>Uso incorreto de produtos químicos agrícolas;</p> <p>Gestão incorreta de substâncias perigosas, incluindo óleo contaminado;</p> <p>Sedimentos pode se tornar num poluente significativo dependendo das suas propriedades físicas e químicas.</p> <p>Técnicas de cultivo inapropriadas.</p>	de fertilizantes, estrumes, pesticidas e emissões de poeiras;																
Qualidade do ar	<p>Preparação de terras de agricultura durante a época seca.</p> <p>Construção e reabilitação de infra-estruturas físicas</p> <p>Gestão inadequada de resíduos</p>	<p>Degradação da qualidade do ar</p> <p>Geração de ruídos e poeiras</p> <p>Emissões de fumos</p>		1	1	2	2	1	5	10		1	2	3	3	1	7	21
Gestão de resíduos	<p>Gestão inadequada de resíduos (resíduos de construção, os recipientes dos pesticidas, pesticidas obsoletos e as respectivas embalagens, produtos de limpeza.</p> <p>Limpeza do terreno para preparação de parcelas agrícolas do subprojecto “Cooperativa Agropecuária Mbanza Mussende”.</p>	<p>Poluição atmosférica</p> <p>Contaminação dos solos e da água</p> <p>Exposição a produtos tóxicos</p> <p>Contaminação do solo e da água e degradação da paisagem</p>		1	1	2	2	1	5	14		1	2	3	3	1	7	21
Saúde e segurança Ocupacional	Manuseio de máquinas e substâncias químicas perigosas	<ul style="list-style-type: none"> Riscos operacionais e no local de trabalho 		1	1	1	2	1	5	5		1	2	2	3	1	7	14



MINAGRIF/PDAC



		<ul style="list-style-type: none"> Risco de impactar a saúde dos operários e comunidades locais durante a operação do projecto Riscos de acidentes no local de trabalho como queimaduras, alergias aos inseticidas entre outros 																
Contratação de mão-de-obra	Salários baixos ou insuficientes	Insatisfação dos trabalhadores, probabilidade de haver greve ou paragem dos trabalhos na fazenda.		1	1	1	2	1	5	5		1	1	1	2	1	5	5
	Trabalho infantil	Exacerbação da pobreza e crescente número de crianças sem educação Aumento do número de casos de doenças ocupacionais e redução da idade de expectativa de vida.		1	1	1	1	1	4	5		1	1	1	1	1	4	5
	Assédio verbal e físico; Assédio sexual (AS), Exploração e Abuso sexual (EAS) e risco de EAS/AS sobre as comunidades envolventes ou entre o pessoal profissional no ambiente de trabalho.	Pouca produtividade dos trabalhadores e aumento de stress no seio dos mesmos. Perca da autoestima; Depressão; Perturbações de memória; Trauma físico e ou psicológico sobre a vítima; Conflito com a comunidade envolvente; Perda de trabalho do trabalhador.		1	2	3	3	1	7	21		1	2	3	3	1	7	21
	Cargas horarias excessivas e perpetuação do ciclo de pobreza para trabalhadores (que também podem levar ao trabalho infantil)	Fadiga do trabalhador, provocando mais número de lesões e doenças		1	1	1	1	1	4	4		1	2	2	3	2	7	14



MINAGRIF/PDAC



	Contratação de mão- de – obra permanente	Perpetuação do ciclo de pobreza para trabalhadores (que também podem levar ao trabalho infantil) Falta de proteção social dentro da fazenda																
	Criação de novos postos de trabalho	Oportunidades de emprego e melhoria do rendimento familiar		1	2	2	3	2	7	14		1	2	2	3	2	7	14
	Alojamentos inseguros e anti-higiénicos para os trabalhadores	Saúde enfraquecida do trabalhador		1	1	1	2	1	5	5		1	1	1	2	1	5	5
Afetação/deslocamento de activos económicos/físicos	Exploração de novas áreas agrícolas dentro da Fazenda	Deslocamento económico/físico (se se verificarem lavras ou habitação de população, ainda que informal, nas áreas agrícolas que serão exploradas pelo subprojecto);		1	2	2	3	2	7	14		1	2	2	3	2	7	14
	Transporte de materiais e inertes para as obras de reabilitação	Afetação de activos económicos nas vias de acesso à Fazenda durante o transporte de materiais e inertes para as obras de reabilitação.																



MINAGRIF/PDAC



Anexo VIII. Legislação ambiental e social e Políticas De Salvaguardas Do Banco Mundial

LEGISLAÇÃO NACIONAL

Legislação Ambiental

Lei n.º 5/98 de 19 de junho- Lei de Bases do Ambiente

Esta Lei serve de quadro básico de toda a legislação e regulamentos ambientais em Angola integrando definições de conceitos relevantes, tais como os da protecção, preservação e conservação do ambiente, promoção da qualidade de vida e uso sustentável dos recursos naturais.

Lei n.º 6/17 - Lei de Bases de Florestas e Fauna Selvagem

Estabelece as nomas que visam garantir a conservação e o uso racional e sustentável das florestas e da fauna selvagem existentes no território nacional e, ainda, as bases gerais do exercício de actividades com elas relacionadas. Revoga toda a legislação que contrarie o disposto na presente Lei, nomeadamente os artigos 16.º, 17.º e 18.º da Lei n.º 15/05, de 7 de dezembro, Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário, os Decretos n.º 40040, de 9 de fevereiro de 1955, 44531, de 21 de Agosto de 1962 (Regulamento Florestal) e o Diploma Legislativo n.º 2873, de 11 de Dezembro de 1957 (Regulamento de Caça)

Decreto Presidencial n.º 261/11, de 6 de Outubro -

A lei prevê a posse do governo dos recursos hídricos do país, e a responsabilidade do Estado para o desenvolvimento, controle preservação dos recursos hídricos. Regulamentos ainda não foram promulgadas

Lei n.º 9/04, de 9 de Novembro - A Lei de Terras de Angola

A Lei de Terras de Angola reafirma o posicionamento constitucional de que o governo possui e exerce autoridade final sobre toda a terra e os recursos naturais. A mesma Lei engloba toda a terra rural e urbana para o qual o Estado pode conferir direitos transferíveis. A Lei inclui uma disposição que obriga as pessoas que ocupam propriedade sem registo para que registem a terra dentro de um prazo estabelecido pela Lei.

Decreto Presidencial n.º 190/12, de 24 de agosto

Regulamento Sobre a Gestão de Resíduos

O presente Diploma tem por objecto estabelecer as regras gerais relativas à produção, depósito no solo e no subsolo, ao lançamento para água ou para atmosfera, ao tratamento, recolha, armazenamento e transportação de quaisquer resíduos, excepto os de natureza radioactiva ou sujeito à regulamentação específica, de modo a prevenir ou minimizar os seus impactes negativos sobre a saúde das pessoas e no ambiente, sem prejuízo do estabelecimento de regras que visem a redução, reutilização, reciclagem, valorização e eliminação de resíduos

Legislação Social

Lei n.º 7/04 de 15 de Outubro- Lei de Bases da Protecção Social

A protecção social obrigatória concretiza-se através dos regimes dos trabalhadores por conta de outrem e dos trabalhadores por conta própria, mediante prestações garantidas como direitos. É garantida a conservação dos direitos adquiridos e a possibilidade de concretizar os direitos em formação

Lei n.º 25/12 de 22 de Agosto - Lei de Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança (Lei n.º 25/12)

A Lei n.º 25/12 define regras e princípios jurídicos sobre a protecção e o desenvolvimento integral da criança, reforça e harmoniza os instrumentos legais e institucionais para assegurar os direitos da criança como definidos na Constituição, na Convenção sobre os Direitos da Criança e na Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-Estar da Criança.

Lei n.º 7/15, de 15 de Junho - Lei Geral do Trabalho

A nova lei aplica-se a todos os trabalhadores que prestam actividades remuneradas por conta de um empregador, no âmbito da organização e sob a autoridade e direcção deste, em empresas públicas, mistas, privadas, cooperativas, organizações sociais, organizações internacionais e nas representações diplomáticas e consulares existentes no território da República de Angola.

Lei n.º 25/11 de 14 de Julho - Violência Doméstica

Estabelece o regime jurídico de prevenção da violência doméstica, de protecção e de assistência às vítimas.

Lei n.º 22/11, de 17 de junho - Lei da Protecção de Dados Pessoais

Considerando que a igualdade é um princípio consagrado na Constituição da República de Angola e reitera o acesso de todas as pessoas aos direitos universais, sem discriminação



MINAGRIF/PDAC



Decreto Presidencial Nº 117/20 de 22 de abril-Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento Ambiental

Este regulamento estabelece as normas e procedimentos que regulam a avaliação de impacte ambiental de projectos públicos e privados e do procedimento de licenciamento ambiental das actividades que, pela sua natureza, localização ou dimensão, sejam susceptíveis de provocar impacte ambiental e social significativo. Este diploma revoga o Decreto Nº 51/04 de 23 de Julho sobre a Avaliação de Impacte Ambiental e o Decreto Nº 59/07 de 13 de Julho sobre o Licenciamento Ambiental

Decreto Presidencial n.º 196/12, de 30 de agosto

Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos Urbanos (PESGRU)

O Presente plano estabelece uma nova filosofia para a gestão de resíduos em Angola, constituindo um suporte essencial ao processo de desenvolvimento sustentável que a sociedade e a economia do País têm vindo a percorrer.

Decreto Presidencial nº 194/11, de 07 de julho

Aprova o Regulamento sobre Responsabilidade por danos Ambientais.

O presente diploma tem por objecto estabelecer a responsabilidade pelo risco e degradação do ambiente baseado no princípio do «poluidor-pagador», para prevenir e reparar danos ambientais.

Decreto Presidencial nº 261/11, de 6 de outubro

Sobre a Qualidade da Água

Este diploma estabelece critérios de qualidade de água com a finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos seus principais usos.

Decreto Presidencial n.º 82/14 de 21 de abril

Regulamento De Utilização Geral Dos Recursos Hídricos

O presente Diploma define o regime de utilização geral dos recursos hídricos, incluindo os mecanismos de planeamento, gestão e de retribuição económica e financeira no artigo 2 (Âmbito de aplicação), o presente Diploma é aplicável às águas superficiais e subterrâneas, nomeadamente os cursos de água, lagos, lagoas, pântanos, nascentes, albufeiras, zonas estuarinas e outros corpos de água, sem prejuízo dos respectivos leitos, margens e adjacências

Decreto Executivo n.º 92/12 de 1 de março

Termos de Referência para a Elaboração de Estudos de Impactes Ambientais

O diploma tem como objecto estabelecer as diretrizes orientadores para a elaboração dos Estudos de Impactes Ambientais necessários para análise de viabilidade ambiental dos projectos sujeitos a avaliação de impacte ambiental. O Estudo de Impacte Ambiental deve ser elaborado nos termos da legislação sobre a Avaliação de Impacte Ambiental, e cumprir

Decreto 31/95 de 5 Novembro - Regulamento relativo aos sistemas de Saúde e Segurança Ocupacional

O presente decreto estabelece os princípios que visam a promoção da segurança, higiene no trabalho, nos termos do preceituado nº 2 do artigo 46º da Lei Constitucional 23/92

Decreto nº 43/03 de 4 de Julho - Regulamento sobre o HIV/ SIDA, Emprego e Formação Profissional

A infecção pelo vírus de Imunodeficiência Humana (VIH) e o desenvolvimento do Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA) constituem, na actualidade, uns dos maiores problemas de saúde que a sociedade enfrenta relativamente à implementação dos direitos sociais legalmente protegidos, nomeadamente o direito ao emprego, ao trabalho e à formação profissional.

Decreto 31/95 de 5 Novembro - Regulamento relativo aos sistemas de Saúde e Segurança Ocupacional.

Havendo necessidade de se regular as condições objectivas que permitam estabelecer um quadro de protecção social dos trabalhadores e suas famílias contra os riscos profissionais, em observância aos princípios consignados na Convenção n.º 102 da OIT, Organização Internacional do Trabalho;

Lei n.º 22/11, de 17 de junho - Lei da Protecção de Dados Pessoais

Considerando que a igualdade é um princípio consagrado na Constituição da República de Angola e reitera o acesso de todas as pessoas aos direitos universais, sem discriminação

Lei n.º 1/21 de 7 de Janeiro - Lei das Expropriações

A Lei da Expropriação por Utilidade Pública prevê as situações que podem originar uma reversão dos bens expropriados, designadamente nos casos em que as autoridades não conseguem implementar o projeto que motivou a expropriação nos prazos legalmente devidos e/ou nas situações em que cessem as finalidades da expropriação. O exercício do direito de reversão está sujeito a um prazo de caducidade e fica dependente da devolução, pelos expropriados, do montante anteriormente recebido a título de indemnização.



MINAGRIF/PDAC



rigorosamente com os Termos de Referência aprovados pelo Ministério do Ambiente, que orienta a elaboração dos mesmos de acordo com a especificidade de cada projecto
Decreto Executivo n.º 17/13 de 22 de janeiro

Gestão de resíduos de demolição e construção

O presente diploma estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de resíduos, abreviadamente designados resíduos de construção e demolição ou RCD, compreendendo a sua prevenção e reutilização e as suas operações de recolha, transporte, armazenagem, triagem, tratamento, valorização

POLÍTICAS DE SALVAGUARDAS DO BANCO MUNDIAL

OP 4.01 Avaliação Ambiental

A OP 4.01 assegura que todos os projectos do BM sejam sólidos e sustentáveis ambientalmente, informando à partida sobre os riscos ambientais aos dirigentes através de uma análise apropriada das acções e dos seus prováveis impactos.

A política de avaliação ambiental é acionada neste projecto para o levantamento dos impactos ambientais e medidas de mitigação dos impactos.

OP 4.04- Habitat Natural.

A OP 4.04 assenta na protecção, manutenção e reabilitação de habitats naturais nas áreas de influência dos projectos, por ele financiados ou cofinanciados

Não foram identificados no projecto algum potencial de conversão ou degradação crítica significativa de habitats naturais e, portanto, as OP & BP 4.04 não são acionadas

O.P. 4.37 Segurança de barragens/represas

A política de segurança de barragens/represas é acionada em projectos que envolvam barragens existentes e Represas em Construção, bem como a responsabilidade da segurança da obra pelo proponente. Esta política não é acionada no âmbito do subprojecto da **Cooperativa Agro-Pecuária Mbanza Mussende R.L**, uma vez que não estão previstos a construção e/ou reabilitação de barragens ou represas.

OP 4.09- Gestão de Pragas

A política operacional de controlo de pragas é acionada para auxiliar a mitigar os potenciais riscos a saúde humana e ao meio ambiente com a preparação de um Plano de Gestão de Pragas de carácter obrigatório. O projecto requer o uso de pesticidas, portanto esta política é acionada

OP 4.11 - Recursos físicos e culturais

Esta política é acionada em projectos que envolvam projectos de infraestruturas que exijam grandes movimentos de terra em áreas susceptíveis e considerados recursos culturais físicos pelas comunidades que habitam no local do projecto. Os projectos de infraestruturas são de pequena dimensão com potenciais impactos sobre recursos físicos considerados baixos.

OP 4.12- Reassentamento Involuntário.

A política de reassentamento involuntário do BM auxilia os beneficiários do projecto a lidar com problemas de aquisição de terra resultante em compensação e/ou o deslocamento físico de pessoas. aplica-se a aquisição de terras e todas as alterações no acesso a recursos (económicos, rodoviários, culturais e étnicos) resultante da implementação de um projecto e subprojecto. No âmbito dos projectos do PDAC esta política não será acionada uma vez que os subprojectos são



MINAGRIF/PDAC



implementados em áreas privadas com títulos de concessão de terras emitidos pela entidade local, o IGCA (Instituto Geodésico Cartográfico de Angola).

A cooperativa contempla um número de 144 membros, dos quais 84 senhoras e 60 homens, não tem conflitos com a população local.

OP 4.36 - Recursos Florestais

Os projectos financiados pelo Banco Mundial não poderão ter impactos negativos directos e indirectos para a saúde e qualidade das florestas, neste âmbito, o BM visa reduzir a desmatção e aumentar a contribuição ambiental de áreas florestais, promover reflorestamento, reduzir a pobreza e incentivar o desenvolvimento económico.

O subprojecto da **Cooperativa Agro-Pecuária Mbanza Mussende R.L** não prevê na sua área de influência qualquer impacto sobre recursos florestais, logo esta política operacional não é acionada